
Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional⁴

Em 2011, o Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, cresceu, em relação ao ano anterior, nominalmente, 9,9%; e, em termos reais, 2,7%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 4 143,0 bilhões (INDICADORES IBGE, 2013, p. 31, tab. 8). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 2,5% do valor adicionado bruto⁵ a preços básicos e do aumento de 4,3% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no ano de 2011, por grandes grupos de atividade econômica⁶.

O crescimento nominal do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2011, 12,5%, refletiu principalmente a elevação dos preços. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2011⁷, o valor

⁴ Resumo da análise realizada com os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e das Contas Regionais do Brasil, para o ano de 2011.

⁵ O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos (exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto).

⁶ Consideram-se os seguintes grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária (Agricultura, silvicultura e exploração florestal; e Pecuária e pesca); Indústria (Indústria extrativa; Indústrias de transformação; Construção civil; e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana); Serviços (Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos).

⁷ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Culturas temporárias e permanentes 2011. Rio de Janeiro, v. 38, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez, 2013.

bruto da produção agrícola alcançou R\$ 195,6 bilhões em 2011, um crescimento de 27,1% em relação ao ano anterior. A valorização dos produtos agrícolas vem acontecendo desde 2010 e foi impulsionada pelo aumento da demanda e pela redução da oferta, tanto no mercado interno como no externo. Entre os produtos que mais tiveram incremento no valor de produção, destacaram-se o milho (46,4%), o café (40,1%), apesar da redução na produção devido à alternância de anos de alta e baixa produtividade, a cana-de-açúcar (38,6%) e a soja (34,9%). O aumento do valor de produção do algodão herbáceo (76,2%) foi devido, principalmente, ao aumento da produção (71,9%).

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2010-2011

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2010 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2011 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volume	Preço	Valor		2010	2011
Total	3 227 181	2,5	6,8	9,4	3 530 871	100,0	100,0
Agropecuária	171 177	3,9	8,3	12,5	192 653	5,3	5,5
Indústria	905 852	1,6	5,7	7,3	972 156	28,1	27,5
Extrativa Mineral	95 886	3,2	45,5	50,1	143 924	3,0	4,1
Transformação	523 616	0,1	(-) 1,7	(-) 1,6	515 441	16,2	14,6
Construção	182 477	3,6	7,9	11,8	204 067	5,7	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	103 873	3,8	0,8	4,7	108 724	3,2	3,1
Serviços	2 150 151	2,7	7,1	10,0	2 366 062	66,6	67,0
Comércio	404 007	3,4	6,9	10,5	446 606	12,5	12,6
Transporte, armazenagem e correio	161 936	2,8	8,8	11,8	180 997	5,0	5,1
Serviços de informação	103 977	4,9	(-) 1,3	3,5	107 589	3,2	3,0
Intermediação financeira e seguros	242 410	3,9	4,3	8,3	262 482	7,5	7,4
Outros Serviços	462 221	2,3	8,6	11,1	513 445	14,3	14,5
Serviços imobiliários e aluguel	252 823	1,4	8,5	10,1	278 402	7,8	7,9
APU, educação pública e saúde pública	522 777	2,3	7,8	10,3	576 541	16,2	16,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria apresentou, tanto em volume quanto nos preços, variação abaixo da média do valor adicionado bruto total das atividades, registrando perda de participação no valor adicionado bruto do País, ao passar de 28,1% para 27,5%. Esse fato foi o reflexo do fraco desempenho da indústria de transformação, tanto em volume (0,1%) como em preços (-1,7%). Em 2010, a Indústria extrativa gerava 3,0% do valor adicionado bruto total e, em 2011, passou a gerar 4,1%. A expressiva variação positiva ocorreu em função da variação dos preços, 45,5%, no entanto, em termos reais, ocorreu variação de 3,2%.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 10,0% e apresentou crescimento real de 2,7%, o mesmo crescimento da economia. Este segmento passou a representar 67,0% do valor adicionado bruto total em 2011 e foi beneficiado pelo aumento da massa salarial e pelo desemprego baixo, que estimularam a demanda. Apenas dois subsetores apresentaram suave queda na participação: Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; e Serviços de informação⁸.

⁸ Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2013b, p. 21-22, tab. 2-3). Um resumo desses resultados encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2010-2011

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	2,6	2,6	(-) 0,0	0,3	0,5	0,1	0,6	0,6	0,0	0,6	0,7	0,1
Acre	0,9	0,7	(-) 0,1	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Amazonas	1,8	1,9	0,1	2,4	2,3	(-) 0,1	1,2	1,2	0,0	1,5	1,5	(-) 0,0
Roraima	0,2	0,2	(-) 0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
Pará	2,7	2,5	(-) 0,2	3,2	3,5	0,3	1,7	1,8	0,0	2,2	2,3	0,1
Amapá	0,1	0,1	(-) 0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Tocantins	1,7	1,5	(-) 0,2	0,4	0,4	(-) 0,1	0,4	0,4	0,0	0,5	0,5	(-) 0,0
Maranhão	4,1	4,2	0,2	0,7	0,8	0,1	1,3	1,3	0,0	1,3	1,3	0,1
Piauí	0,7	0,8	0,1	0,4	0,4	0,0	0,7	0,7	0,0	0,6	0,6	0,0
Ceará	1,7	1,9	0,2	1,8	1,8	(-) 0,0	2,3	2,4	0,1	2,1	2,2	0,1
Rio Grande do Norte	0,7	0,6	(-) 0,1	0,7	0,8	0,1	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	0,0
Paraíba	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0	1,0	1,0	0,0	0,9	0,9	0,0
Pernambuco	2,1	1,6	(-) 0,6	2,0	2,2	0,2	2,8	2,7	(-) 0,1	2,5	2,5	(-) 0,0
Alagoas	0,9	0,8	(-) 0,0	0,5	0,7	0,2	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0
Sergipe	0,6	0,4	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0
Bahia	5,7	5,4	(-) 0,3	4,5	3,8	(-) 0,8	3,9	3,9	(-) 0,0	4,2	4,0	(-) 0,2
Minas Gerais	15,2	16,1	0,9	11,4	11,5	0,0	8,3	8,3	0,0	9,5	9,6	0,1
Espírito Santo	2,5	2,5	0,1	2,7	3,1	0,4	1,8	1,8	0,0	2,1	2,2	0,1
Rio de Janeiro	0,8	0,9	0,0	10,7	12,3	1,7	11,5	11,6	0,1	10,7	11,2	0,5
São Paulo	11,3	12,1	0,8	33,3	31,3	(-) 2,0	33,3	33,0	(-) 0,3	32,1	31,4	(-) 0,7
Paraná	9,3	9,2	(-) 0,1	5,7	5,7	0,1	5,6	5,5	(-) 0,1	5,8	5,8	(-) 0,0
Santa Catarina	5,1	4,5	(-) 0,7	4,9	5,2	0,3	3,6	3,6	(-) 0,0	4,0	4,1	0,0
Rio Grande do Sul	11,1	10,9	(-) 0,3	7,1	6,3	(-) 0,8	6,3	6,2	(-) 0,2	6,8	6,4	(-) 0,3
Mato Grosso do Sul	3,4	3,1	(-) 0,3	0,9	1,0	0,1	1,1	1,1	0,0	1,2	1,2	0,0
Mato Grosso	6,9	8,0	1,2	1,2	1,2	0,0	1,4	1,6	0,1	1,6	1,8	0,2
Goiás	7,0	6,3	(-) 0,7	2,5	2,7	0,2	2,3	2,5	0,1	2,6	2,7	0,1
Distrito Federal	0,2	0,3	0,1	1,0	0,9	(-) 0,0	5,8	5,7	(-) 0,1	4,1	4,1	(-) 0,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

As maiores variações positivas na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária ocorreram em Mato Grosso (1,2 ponto percentual), Minas Gerais (0,9 ponto percentual) e São Paulo (0,8 ponto percentual). Segundo a PAM 2011, no Estado de Mato Grosso, houve crescimento da produção e valorização da soja, do milho e do algodão herbáceo. Em Minas Gerais, a valorização de produtos, como o café, o milho e o feijão, aliada à expansão da cana-de-açúcar e do algodão herbáceo, aumentou o valor total da produção. O Estado de São Paulo é o maior produtor nacional de culturas que possuem elevado valor de produção, como a cana-de-açúcar e a laranja.

Em relação ao ano anterior, o estado com maior variação positiva na atividade Indústria foi o Rio de Janeiro (1,7 ponto percentual) cujo segmento responsável foi o da Extrativa mineral. Os segmentos da Indústria de transformação e da Construção civil foram os responsáveis pela perda de participação na geração do valor adicionado bruto industrial dos Estados da Bahia (0,8 ponto percentual) e do Rio Grande do Sul (0,8 ponto percentual) enquanto que o Estado de São Paulo (2,0 pontos percentuais) perdeu participação nos segmentos da Indústria de transformação e da Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana do País.

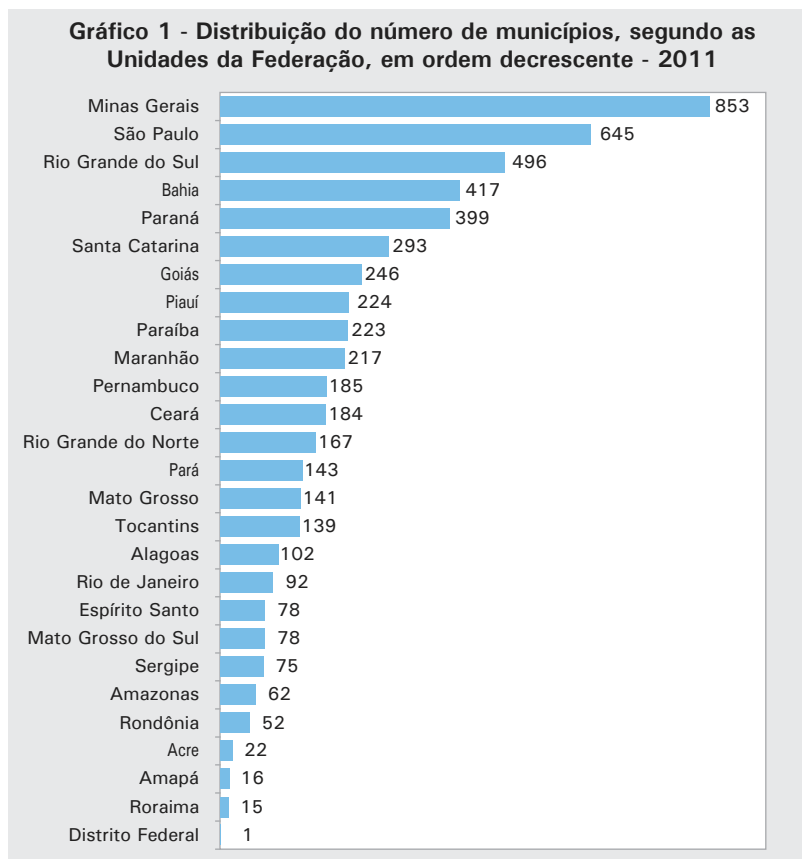
De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos negativos foram verificados nos Estados de São Paulo (0,3 ponto percentual) e Rio Grande do Sul (0,2 ponto percentual). São Paulo perdeu participação nos segmentos Transporte, armazenagem e correio, e Serviços de informação, e o Rio Grande do Sul, no segmento Comércio e serviços de manutenção e reparação e Serviços de alojamento e alimentação⁹.

Produto Interno Bruto dos Municípios

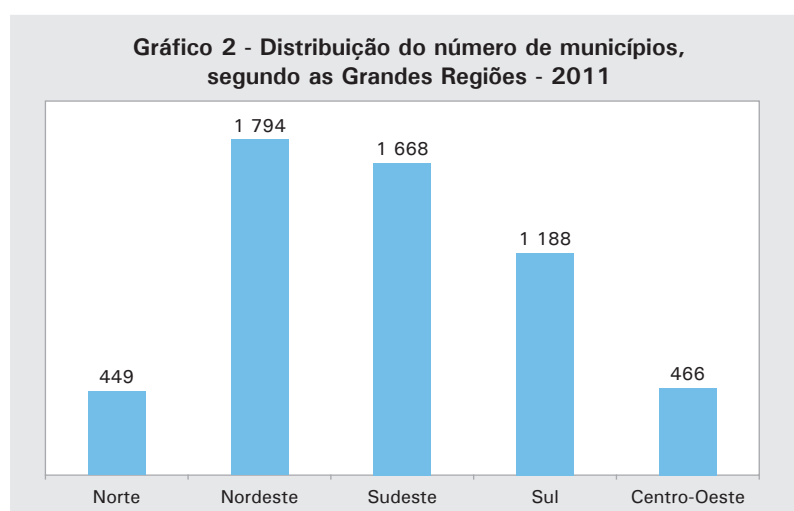
A malha municipal brasileira, em 2011, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 565 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País por Unidades da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.

Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

⁹ Para informações complementares, consultar: CONTAS regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 54 p. (Contas nacionais, n. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



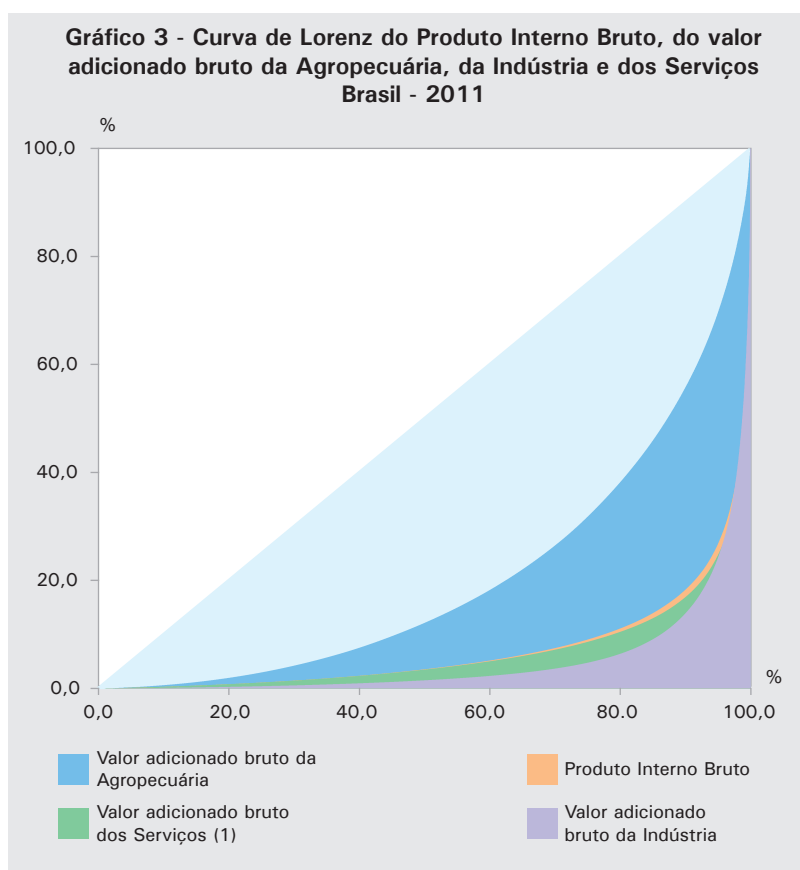
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise da concentração do PIB

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco maiores PIBs municipais por Unidade da Federação e a concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹⁰

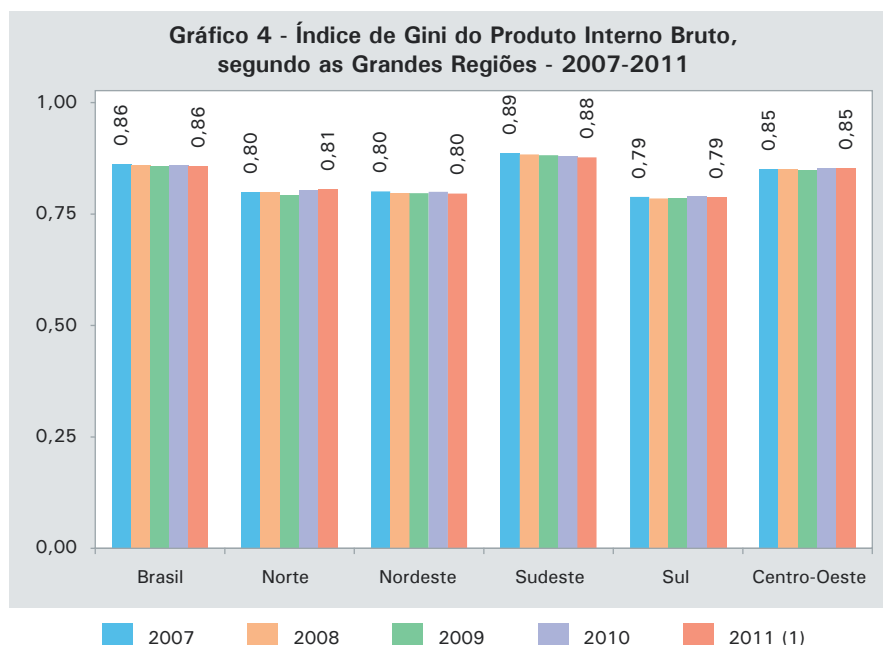
As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços evidenciam a desigualdade da economia nacional e estão representadas no Gráfico 3.



¹⁰ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver Glossário, ao final da publicação.

O índice de Gini para o PIB, no ano de 2011, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços foi de 0,59, 0,90 e 0,86, respectivamente. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2004. No que diz respeito à concentração, a Agropecuária foi a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorreu com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração. Como os Serviços pesavam aproximadamente $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total (em 2011, a Agropecuária registrou R\$ 192 653 milhões; a Indústria, R\$ 972 156 milhões; e os Serviços, R\$ 2 366 062 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais à direita, denota grande concentração. Consta no Anexo 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2011.

Em 2011, apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,88 e 0,87, respectivamente. Os menores indicadores, entre 0,60 e 0,70, foram observados nos Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Gráfico 4 apresenta o índice de Gini para o PIB considerando o período de 2007 a 2011, segundo as Grandes Regiões. Verifica-se a maior concentração das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. O Estado de São Paulo e o Distrito Federal influenciaram esses altos indicadores.

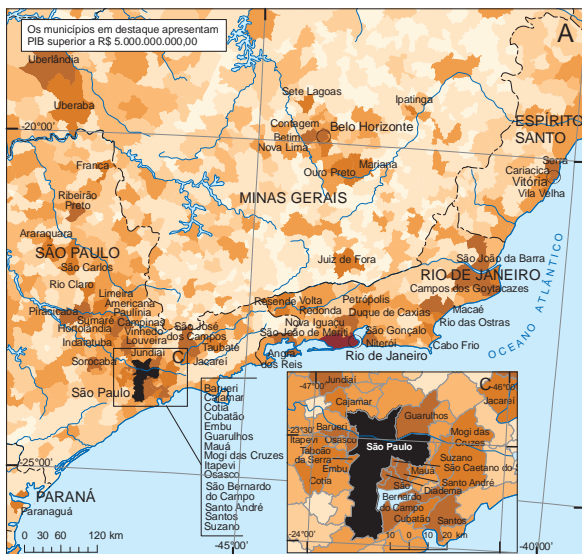
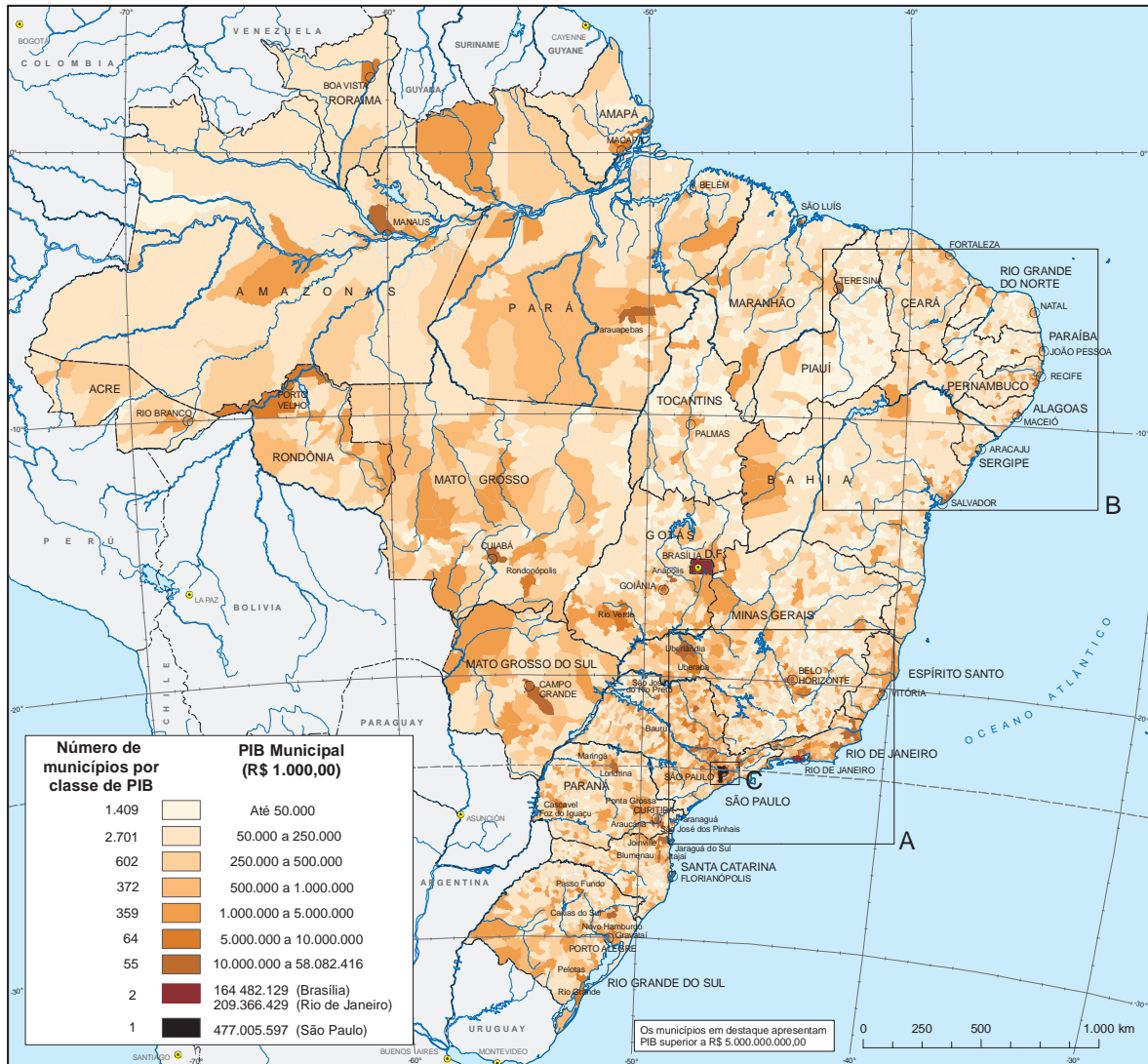


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto e número de municípios em cada classe - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição de frequência acumulada da renda

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹¹ no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	5	0,1	12,9	5	0,1	12,9
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	49	0,9	30,3
De 50% a 75%	247	4,4	23,7	296	5,3	54,0
De 75% a 95%	1 924	34,6	31,0	2 220	39,9	85,0
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,5	4 224	75,9	96,5
De 99% a 100%	1 340	24,1	3,5	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	6	0,1	13,5	6	0,1	13,5
De 25% a 50%	45	0,8	17,0	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	251	4,5	23,2	302	5,4	53,7
De 75% a 95%	1 958	35,2	31,5	2 260	40,6	85,2
De 95% a 99%	1 991	35,8	11,4	4 251	76,4	96,6
De 99% a 100%	1 313	23,6	3,4	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	5	0,1	12,6	5	0,1	12,6
De 25% a 50%	47	0,8	18,3	52	0,9	30,9
De 50% a 75%	258	4,6	23,3	310	5,6	54,2
De 75% a 95%	1 970	35,4	31,3	2 280	41,0	85,6
De 95% a 99%	1 985	35,7	11,1	4 265	76,6	96,7
De 99% a 100%	1 300	23,4	3,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	48	0,9	17,2	54	1,0	30,9
De 50% a 75%	255	4,6	23,1	309	5,6	54,0
De 75% a 95%	1 945	35,0	31,5	2 254	40,5	85,5
De 95% a 99%	1 986	35,7	11,2	4 240	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 325	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	49	0,9	17,2	55	1,0	30,9
De 50% a 75%	264	4,7	23,5	319	5,7	54,4
De 75% a 95%	1 957	35,2	31,2	2 276	40,9	85,6
De 95% a 99%	1 966	35,3	11,1	4 242	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 323	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹¹ Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2011, a renda gerada por seis municípios correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 13,7% da população. Agregando a renda de 55 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 30,9% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 323 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 73,7% dos municípios do Piauí, 62,3% dos municípios da Paraíba, 54,0% dos municípios do Tocantins e 53,3% dos municípios do Rio Grande do Norte. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4 demonstra a posição dos seis maiores municípios em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

Tabela 4 - Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2011 - 2007-2011

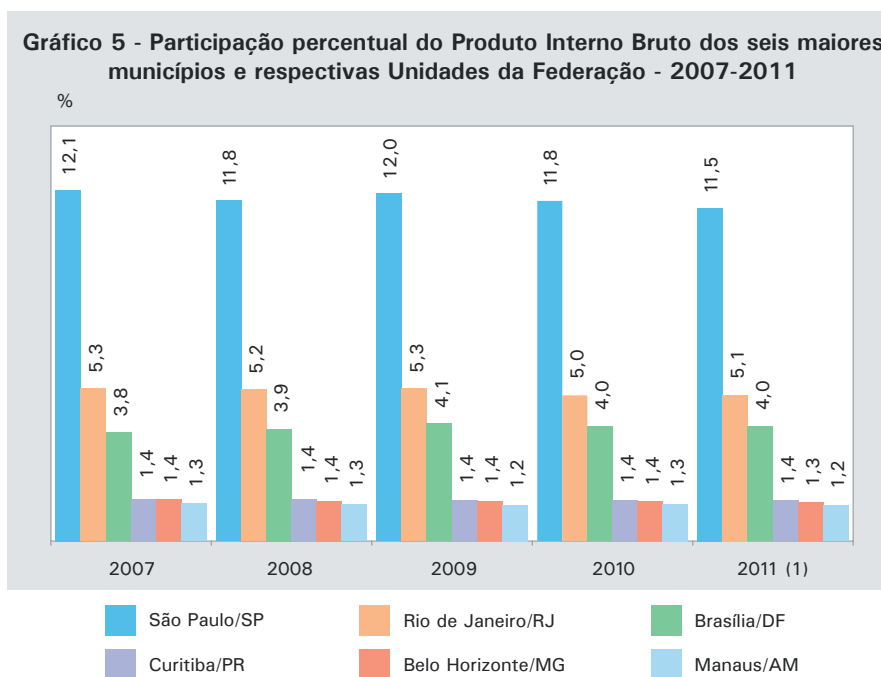
Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2011	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto					Participação relativa em 2011 (%)	
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	Produto Interno Bruto	População (2)
São Paulo/SP	1º	1º	1º	1º	1º	11,5	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2º	2º	2º	2º	2º	5,1	3,3
Brasília/DF	3º	3º	3º	3º	3º	4,0	1,4
Curitiba/PR	5º	4º	4º	4º	4º	1,4	0,9
Belo Horizonte/MG	4º	5º	5º	5º	5º	1,3	1,2
Manaus/AM	6º	6º	6º	6º	6º	1,2	1,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios na série.

O Gráfico 5 destaca os seis maiores municípios, responsáveis por aproximadamente 25% do PIB em 2011 e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País de 2007 a 2011. Todos os seis municípios eram capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, comércio e administração pública, exceto o Município de Manaus (Amazonas) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústria de transformação) e de Serviços.



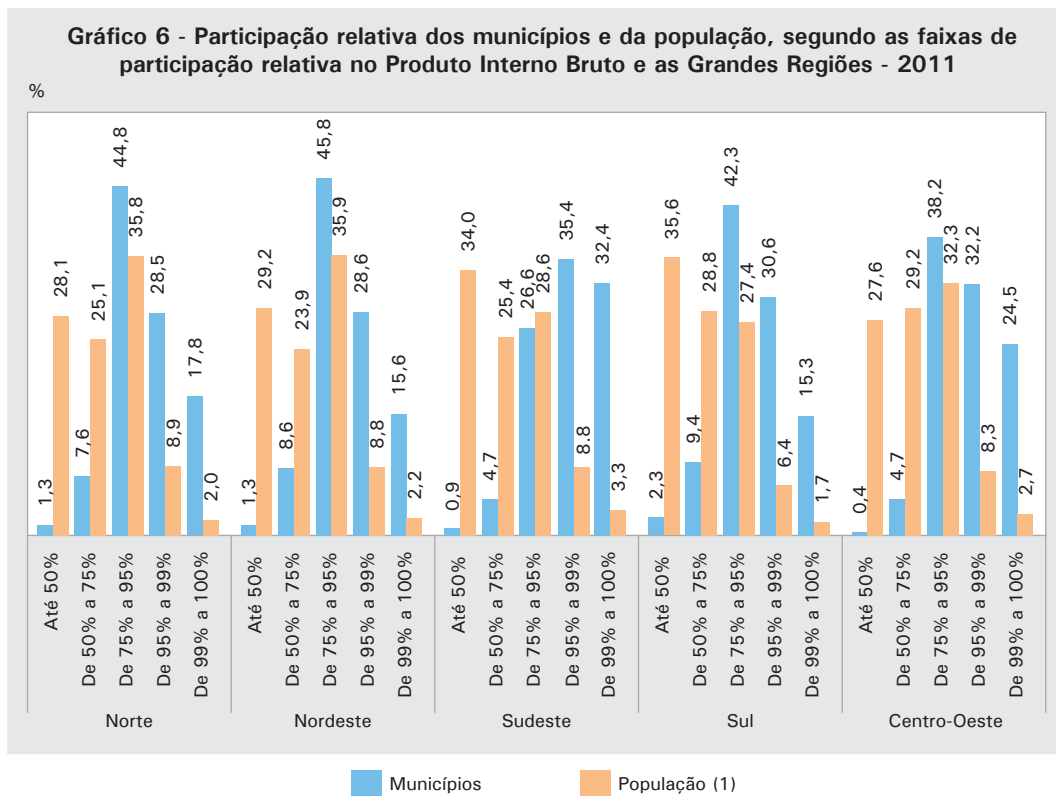
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 11 municípios destacaram-se por gerar individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 8,7% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram: Guarulhos (São Paulo), 1,0%; Campinas (São Paulo), 1,0%; Osasco (São Paulo), 0,9%; Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 0,9%; São Bernardo do Campo (São Paulo), 0,9%; Barueri (São Paulo), 0,8%; Santos (São Paulo), 0,8%; Betim (Minas Gerais), 0,7%; Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e São José dos Campos (São Paulo), que individualmente geravam 0,6%; e Jundiaí (São Paulo), 0,5%. Os Municípios de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), São José dos Campos (São Paulo) e Jundiaí (São Paulo) são localizados fora das Regiões Metropolitanas. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

O Gráfico 6 mostra a participação relativa do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB das Grandes Regiões do País.

¹² Sendo a participação relativa no PIB de cada Grande Região ordenada de forma decrescente.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

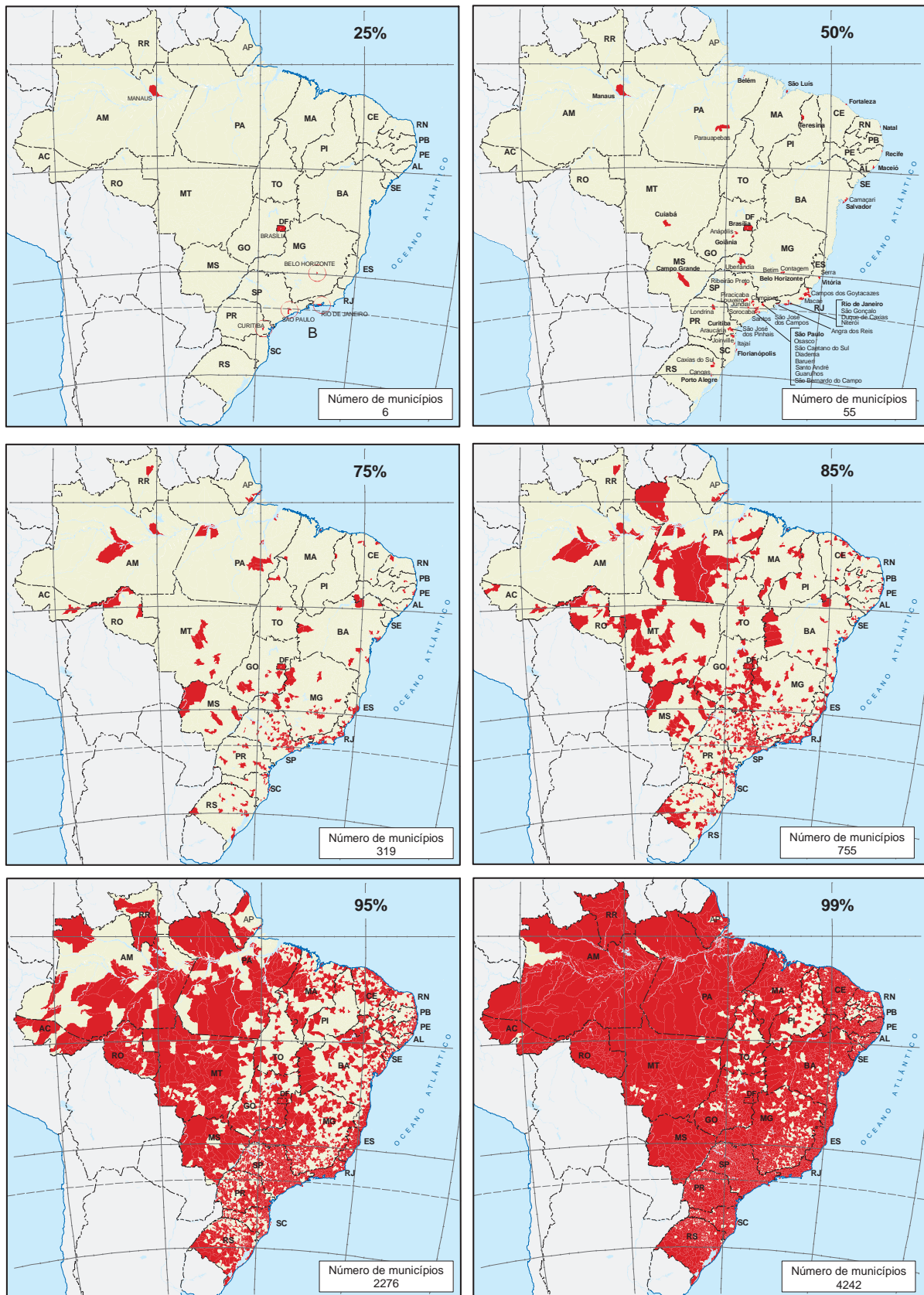
Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Estimada para 1º de julho, série revisada.

O gráfico mostra uma grande concentração bem como uma distribuição assimétrica positiva na geração de renda, em todas as Grandes Regiões e no País. Isso evidencia o fato de que poucos municípios geraram os maiores PIBs e, em contrapartida, muitos municípios eram responsáveis pelos menores PIBs, em cada Grande Região. Porém, o cálculo dos coeficientes de variação de cada uma delas – Sudeste (9,6), Centro-Oeste (9,2), Nordeste (6,0), Norte (5,7) e Sul (4,6) – refletiu a diferença de variabilidade entre elas. Nesse sentido, as regiões mais heterogêneas foram a Sudeste e a Centro-Oeste. Na Região Sudeste, aproximadamente, cada 1/3 dos municípios, quando ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB, gerava 95%, 4% e 1% da renda, e possuía 88%, 9% e 3%, respectivamente, da população. Com menor heterogeneidade está a Região Sul. Nessa região, 54% dos municípios geraram 95% do PIB e possuíam 91,9% da população enquanto que 15,3% dos municípios geraram 1% do PIB e possuíam 1,7% da população. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 7.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, especialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2011

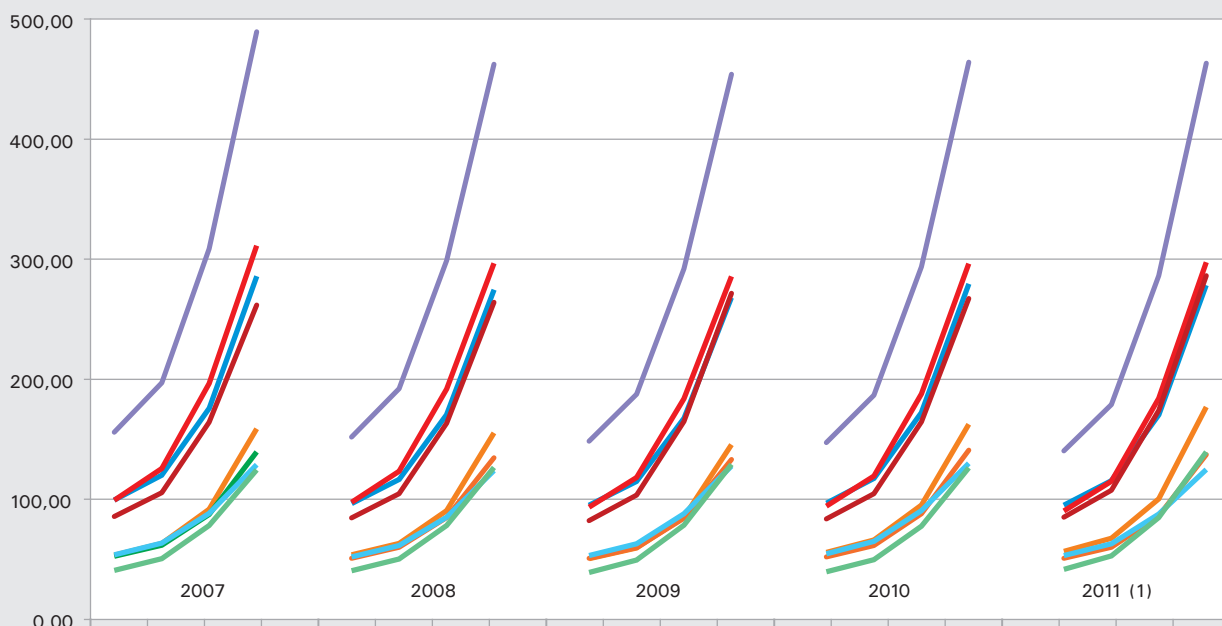


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

O Gráfico 7 apresenta um indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média dos 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 7 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2007-2011



	10x60	10x50	10x30	10x10	10x60	10x50	10x30	10x10	10x60	10x50	10x30	10x10	10x60	10x50	10x30	10x10	10x60	10x50	10x30	10x10
Brasil	99,3	120,1	175,7	285,9	96,5	116,6	170,3	274,5	94,9	114,8	167,6	268,0	96,7	117,3	172,0	279,3	94,9	115,3	170,3	278,1
Norte	53,3	63,3	91,8	158,6	53,8	63,2	90,6	155,4	50,6	59,5	85,1	145,4	55,7	66,1	95,1	162,5	56,5	67,4	100,1	176,8
Nordeste	52,5	61,6	87,4	139,5	50,8	59,9	84,7	134,5	50,7	59,7	84,3	133,1	52,1	61,4	88,0	141,0	50,8	60,1	86,2	137,0
Sudeste	155,8	197,1	308,5	489,4	151,8	192,0	298,7	462,2	148,3	187,6	291,9	454,0	147,1	186,7	293,7	464,0	140,4	178,9	286,3	463,2
Sudeste (2)	99,2	125,5	196,4	311,2	97,5	123,3	191,9	296,5	93,4	118,2	183,9	285,7	94,1	119,4	187,8	296,3	90,3	115,1	184,1	297,4
Sul	53,7	63,4	88,1	128,9	51,9	61,4	85,2	124,0	53,0	63,0	88,0	127,6	54,6	64,9	90,6	129,8	53,1	63,0	87,5	124,8
Centro-Oeste	85,7	105,5	164,2	261,8	84,5	104,6	163,2	263,9	82,1	103,4	164,8	271,5	83,5	104,7	164,4	267,2	85,2	107,5	174,1	286,2
Centro-Oeste (3)	40,8	50,4	78,1	124,5	40,5	50,3	78,2	126,4	39,0	49,3	78,3	129,0	39,4	49,6	77,6	126,1	41,5	52,7	84,8	139,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão. (2) Exclui os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Exclui Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2011, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB geraram 94,9 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal).

Participação dos cinco maiores PIBs por Unidade da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIBs por Unidade da Federação, em 2011, e retrata o quanto cada um desses municípios representava em relação ao respectivo PIB estadual. Pode-se observar que, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIBs municipais concentravam mais do que 50% do PIB estadual. As exceções foram os Estados do Tocantins e da Bahia, com 46,1% e 42,6%, respectivamente. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIBs municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam 61,2% e 65,0%, respectivamente, do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50%, exceto no Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou concentração de 56,8% e, em Goiás, 50,7%.

Os Estados do Amapá e do Amazonas, onde os cinco maiores PIBs municipais geravam 87,5% e 86,5% de seus PIBs estaduais, respectivamente, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País, seguidos pelo Estado de Roraima, com 85,4%. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Minas Gerais, 33,7%, Rio Grande do Sul, 35,5%, Santa Catarina, 38,5%, e Mato Grosso, 38,9%, com as menores concentrações de renda.

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2011, o Município de São Paulo (São Paulo) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (Tocantins) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) e Belém (Pará) eram as únicas capitais que não ocupavam a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série, de 1999 a 2011, foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense, enquanto o segundo maior município em relação ao PIB catarinense, em 2011, foi Itajaí. Os altos preços do minério levaram o município de Parauapebas (Pará) a gerar o maior PIB do seu estado.

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(continua)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Rondônia (52 municípios)	50,8			
Porto Velho		9 492 315	34,1	34,1
Ji-Paraná		1 966 173	7,1	41,2
Ariquemes		1 569 918	5,6	46,8
Vilhena		1 422 949	5,1	51,9
Cacoal		1 287 815	4,6	56,5
Acre (22 municípios)	70,9			
Rio Branco		4 491 017	51,1	51,1
Cruzeiro do Sul		832 696	9,5	60,5
Sena Madureira		358 188	4,1	64,6
Tarauacá		324 146	3,7	68,3
Feijó		273 359	3,1	71,4
Amazonas (62 municípios)	61,8			
Manaus		51 025 146	79,0	79,0
Coari		2 251 222	3,5	82,5
Itacoatiara		1 037 321	1,6	84,1
Manacapuru		843 972	1,3	85,4
Parintins		667 854	1,0	86,5
Roraima (15 municípios)	79,0			
Boa Vista		5 103 274	73,4	73,4
Rorainópolis		267 106	3,8	77,3
Caracaráí		207 848	3,0	80,2
Mucajáí		181 653	2,6	82,9
Cantá		173 186	2,5	85,4
Pará (143 municípios)	31,0			
Parauapebas		19 897 435	22,5	22,5
Belém		19 666 725	22,3	44,8
Ananindeua		3 906 459	4,4	49,2
Marabá		3 742 469	4,2	53,4
Barcarena		3 659 053	4,1	57,6
Amapá (16 municípios)	85,2			
Macapá		5 625 811	62,7	62,7
Santana		1 275 631	14,2	77,0
Laranjal do Jari		402 607	4,5	81,4
Pedra Branca do Amapari		279 835	3,1	84,6
Oiapoque		264 592	3,0	87,5
Tocantins (139 municípios)	40,0			
Palmas		3 736 563	20,7	20,7
Araguaína		1 998 034	11,1	31,8
Gurupi		1 199 425	6,6	38,4
Porto Nacional		749 941	4,2	42,5
Paraíso do Tocantins		640 390	3,5	46,1
Maranhão (217 municípios)	24,4			
São Luís		20 798 001	39,9	39,9
Imperatriz		2 456 381	4,7	44,6
Açailândia		1 664 720	3,2	47,7
Balsas		1 309 075	2,5	50,3
Timon		866 222	1,7	51,9

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Piauí (224 municípios)	35,7			
Teresina		11 403 516	46,3	46,3
Parnaíba		1 040 166	4,2	50,6
Picos		747 816	3,0	53,6
Uruçuí		602 568	2,4	56,1
Floriano		594 570	2,4	58,5
Ceará (184 municípios)	40,6			
Fortaleza		42 010 111	47,7	47,7
Maracanaú		4 797 824	5,5	53,2
Caucaia		3 239 403	3,7	56,9
Sobral		2 436 463	2,8	59,7
Juazeiro do Norte		2 249 645	2,6	62,2
Rio Grande do Norte (167 municípios)	43,3			
Natal		12 266 519	34,0	34,0
Mossoró		3 916 505	10,8	44,8
Parnamirim		2 709 922	7,5	52,3
Guamaré		1 412 280	3,9	56,2
São Gonçalo do Amarante		1 313 124	3,6	59,9
Paraíba (223 municípios)	37,0			
João Pessoa		10 107 596	28,5	28,5
Campina Grande		5 339 761	15,1	43,6
Cabedelo		2 801 675	7,9	51,5
Santa Rita		1 402 812	4,0	55,4
Bayeux		836 191	2,4	57,8
Pernambuco (185 municípios)	32,1			
Recife		33 149 385	31,8	31,8
Ipojuca		9 560 448	9,2	40,9
Jaboatão dos Guararapes		8 474 650	8,1	49,0
Cabo de Santo Agostinho		5 401 388	5,2	54,2
Olinda		3 412 248	3,3	57,5
Alagoas (102 municípios)	41,8			
Maceió		13 743 391	48,2	48,2
Arapiraca		2 173 811	7,6	55,8
Marechal Deodoro		912 375	3,2	59,0
São Miguel dos Campos		863 932	3,0	62,0
Coruripe		827 256	2,9	64,9
Sergipe (75 municípios)	41,1			
Aracaju		9 222 818	35,2	35,2
Nossa Senhora do Socorro		2 119 765	8,1	43,3
Laranjeiras		1 291 088	4,9	48,2
Canindé de São Francisco		1 184 079	4,5	52,7
Estância		1 132 534	4,3	57,1
Bahia (417 municípios)	26,3			
Salvador		38 819 520	24,3	24,3
Camaçari		12 313 916	7,7	32,0
Feira de Santana		8 270 807	5,2	37,2
Candeias		4 705 021	2,9	40,1
Simões Filho		3 943 664	2,5	42,6
Minas Gerais (853 municípios)	22,9			
Belo Horizonte		54 996 326	14,2	14,2
Betim		28 085 221	7,3	21,5
Contagem		18 912 326	4,9	26,4
Uberlândia		18 673 177	4,8	31,2
Juiz de Fora		9 351 250	2,4	33,7

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(conclusão)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Espírito Santo (78 municípios)	43,5			
Vitória		28 357 258	29,0	29,0
Serra		13 727 354	14,1	43,1
Vila Velha		7 240 296	7,4	50,5
Cariacica		6 120 139	6,3	56,8
Anchieta		4 320 529	4,4	61,2
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,1			
Rio de Janeiro		209 366 429	45,3	45,3
Campos dos Goytacazes		37 205 791	8,0	53,3
Duque de Caxias		26 628 610	5,8	59,1
Niterói		14 563 396	3,1	62,2
Macaé		12 558 285	2,7	65,0
São Paulo (645 municípios)	36,3			
São Paulo		477 005 597	35,3	35,3
Guarulhos		43 476 753	3,2	38,6
Campinas		40 525 214	3,0	41,6
Osasco		39 283 027	2,9	44,5
São Bernardo do Campo		36 337 338	2,7	47,2
Paraná (399 municípios)	28,8			
Curitiba		58 082 416	24,3	24,3
São José dos Pinhais		14 726 558	6,2	30,4
Araucária		13 209 780	5,5	35,9
Londrina		10 773 163	4,5	40,4
Maringá		9 714 143	4,1	44,5
Santa Catarina (293 municípios)	25,2			
Joinville		18 797 540	11,1	11,1
Itajaí		18 598 456	11,0	22,1
Florianópolis		11 429 916	6,8	28,9
Blumenau		10 197 251	6,0	34,9
Jaraguá do Sul		6 132 169	3,6	38,5
Rio Grande do Sul (496 municípios)	24,6			
Porto Alegre		45 506 017	17,3	17,3
Caxias do Sul		16 636 859	6,3	23,6
Canoas		15 515 129	5,9	29,5
Rio Grande		8 194 552	3,1	32,6
Gravataí		7 304 668	2,8	35,3
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	51,7			
Campo Grande		15 722 330	31,9	31,9
Dourados		4 337 947	8,8	40,7
Corumbá		3 602 830	7,3	48,1
Três Lagoas		3 118 722	6,3	54,4
Ponta Porã		1 176 540	2,4	56,8
Mato Grosso (141 municípios)	36,8			
Cuiabá		12 406 461	17,4	17,4
Rondonópolis		5 771 258	8,1	25,5
Várzea Grande		4 047 847	5,7	31,1
Sorriso		2 934 743	4,1	35,2
Primavera do Leste		2 605 748	3,6	38,9
Goiás (246 municípios)	39,3			
Goiânia		27 668 222	24,9	24,9
Anápolis		12 119 553	10,9	35,8
Aparecida de Goiânia		6 296 699	5,7	41,4
Rio Verde		5 526 024	5,0	46,4
Catalão		4 851 815	4,4	50,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	477 005 597	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	209 366 429	2º	1º	2º
Brasília/DF	164 482 129	3º	1º	3º
Curitiba/PR	58 082 416	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	54 996 326	5º	1º	5º
Manaus/AM	51 025 146	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	45 506 017	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	42 010 111	8º	1º	9º
Salvador/BA	38 819 520	9º	1º	12º
Recife/PE	33 149 385	10º	1º	15º
Vitória/ES	28 357 258	11º	1º	18º
Goiânia/GO	27 668 222	12º	1º	20º
São Luís/MA	20 798 001	13º	1º	24º
Belém/PA	19 666 725	14º	2º	26º
Campo Grande/MS	15 722 330	15º	1º	35º
Maceió/AL	13 743 391	16º	1º	39º
Cuiabá/MT	12 406 461	17º	1º	43º
Natal/RN	12 266 519	18º	1º	45º
Florianópolis/SC	11 429 916	19º	3º	51º
Teresina/PI	11 403 516	20º	1º	52º
João Pessoa/PB	10 107 596	21º	1º	58º
Porto Velho/RO	9 492 315	22º	1º	64º
Aracaju/SE	9 222 818	23º	1º	68º
Macapá/AP	5 625 811	24º	1º	107º
Boa Vista/RR	5 103 274	25º	1º	122º
Rio Branco/AC	4 491 017	26º	1º	136º
Palmas/TO	3 736 563	27º	1º	164º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica.

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2007-2011

2007		2008		2009		2010		2011 (1)	
São Paulo/SP	12,1	São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	12,0	São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	11,5
Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,2	Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,0	Rio de Janeiro/RJ	5,1
Brasília/DF	3,8	Brasília/DF	3,9	Brasília/DF	4,1	Brasília/DF	4,0	Brasília/DF	4,0
Belo Horizonte/MG	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4
Curitiba/PR	1,4	Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,4	Belo Horizonte/MG	1,3
Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2
Porto Alegre/RS	1,3	Porto Alegre/RS	1,2	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1
Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Fortaleza/CE	1,0	Fortaleza/CE	1,0
Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	0,9
Recife/PE	0,8	Vitória/ES	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8
Vitória/ES	0,7	Recife/PE	0,7	Goiânia/GO	0,7	Vitória/ES	0,7	Vitória/ES	0,7
Goiânia/GO	0,7	Goiânia/GO	0,6	Vitória/ES	0,6	Goiânia/GO	0,6	Goiânia/GO	0,7
Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	São Luís/MA	0,5
São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	Belém/PA	0,5
Campo Grande/MS	0,3	Campo Grande/MS	0,3	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4
Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3
Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3
Cuiabá/MT	0,3	Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Natal/RN	0,3
Florianópolis/SC	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3	Teresina/PI	0,3	Florianópolis/SC	0,3
João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3
Teresina/PI	0,2	Teresina/PI	0,2	Florianópolis/SC	0,3	João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,2
Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,2
Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Aracaju/SE	0,2
Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,1
Rio Branco/AC	0,1	Boa Vista/RR	0,1	Boa Vista/RR	0,1	Boa Vista/RR	0,1	Boa Vista/RR	0,1
Boa Vista/RR	0,1	Rio Branco/AC	0,1	Rio Branco/AC	0,1	Rio Branco/AC	0,1	Rio Branco/AC	0,1
Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1

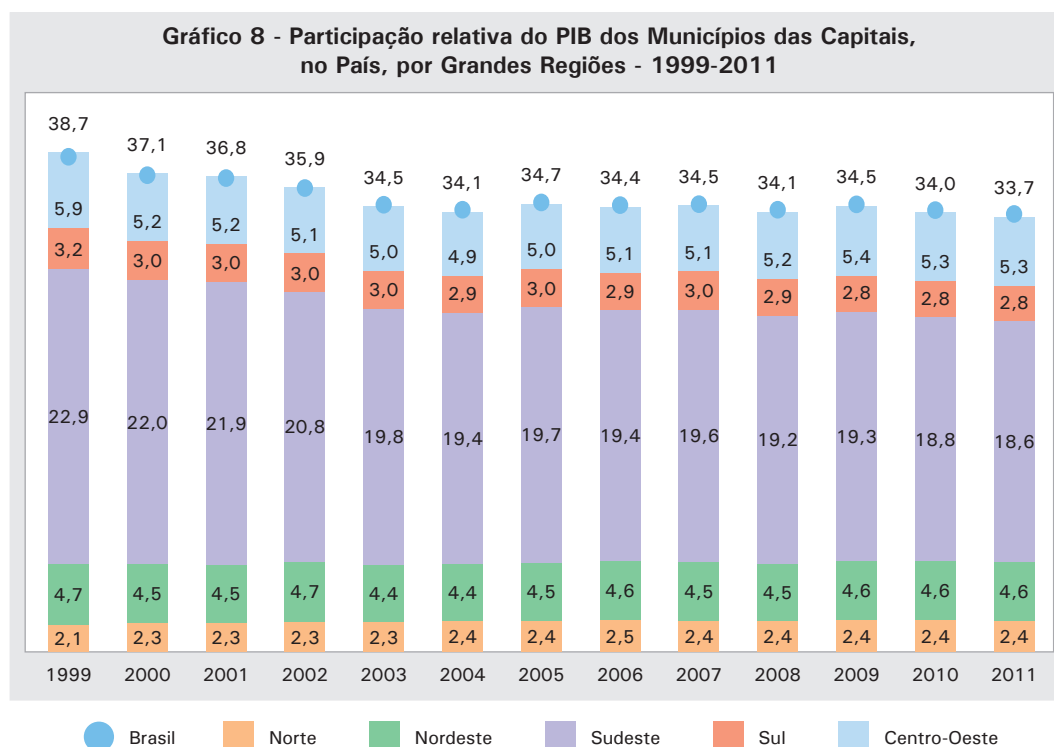
■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Os movimentos entre as capitais foram sempre suaves, sendo que, em relação a 2010, houve ganho de posição de São Luís (Maranhão), Cuiabá (Mato Grosso), Florianópolis (Santa Catarina) e Porto Velho (Rondônia) em relação a Belém (Pará), Natal (Rio Grande do Norte), Teresina (Piauí) e Aracaju (Sergipe), respectivamente.

Em 2011, a participação relativa das capitais na composição do PIB nacional foi a menor desde o início da série, em 1999. O Gráfico 8 mostra os resultados para cada ano, segundo as Grandes Regiões. O conjunto das capitais brasileiras representava 33,7% da renda nacional, sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,4% desse total; as da Região Nordeste, 4,6%; as da Região Sudeste, 18,6%; as da Região Sul, 2,8%; e as da Região Centro-Oeste, 5,3%.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído, em 2011, com 6,8%, enquanto o Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com mais de 79,0% para o PIB do estado. Esse é o menor valor observado em toda a série.

Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2007-2011

2007		2008		2009		2010		2011 (1)	
Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0
Manaus/AM	81,8	Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,6	Manaus/AM	81,0	Manaus/AM	79,0
Boa Vista/RR	72,8	Boa Vista/RR	73,2	Boa Vista/RR	73,1	Boa Vista/RR	73,5	Boa Vista/RR	73,4
Macapá/AP	63,4	Macapá/AP	63,3	Macapá/AP	63,1	Macapá/AP	62,8	Macapá/AP	62,7
Rio Branco/AC	52,8	Rio Branco/AC	52,7	Rio Branco/AC	51,9	Rio Branco/AC	50,8	Rio Branco/AC	51,1
Fortaleza/CE	48,6	Fortaleza/CE	47,9	Maceió/AL	48,3	Maceió/AL	49,2	Maceió/AL	48,2
Maceió/AL	47,8	Maceió/AL	46,9	Rio de Janeiro/RJ	48,2	Teresina/PI	47,7	Fortaleza/CE	47,7
Rio de Janeiro/RJ	47,2	Rio de Janeiro/RJ	46,3	Fortaleza/CE	47,7	Fortaleza/CE	47,7	Teresina/PI	46,3
Teresina/PI	46,2	Teresina/PI	44,8	Teresina/PI	45,7	Rio de Janeiro/RJ	46,7	Rio de Janeiro/RJ	45,3
São Luís/MA	38,8	São Luís/MA	38,2	São Luís/MA	38,4	São Luís/MA	39,6	São Luís/MA	39,9
Aracaju/SE	37,1	São Paulo/SP	35,6	Natal/RN	37,135	Aracaju/SE	36,6	São Paulo/SP	35,3
São Paulo/SP	35,8	Natal/RN	34,8	Aracaju/SE	35,9	Natal/RN	35,7	Aracaju/SE	35,2
Natal/RN	35,0	Aracaju/SE	34,6	São Paulo/SP	35,9	São Paulo/SP	35,5	Porto Velho/RO	34,1
Recife/PE	33,2	Vitória/ES	33,1	Porto Velho/RO	32,6	Porto Velho/RO	31,9	Natal/RN	34,0
Campo Grande/MS	31,8	Recife/PE	31,9	Campo Grande/MS	32,0	Campo Grande/MS	31,9	Campo Grande/MS	31,9
Vitória/ES	31,7	Campo Grande/MS	31,6	Recife/PE	31,5	Recife/PE	31,7	Recife/PE	31,8
João Pessoa/PB	30,4	João Pessoa/PB	29,8	João Pessoa/PB	30,0	João Pessoa/PB	30,6	Vitória/ES	29,0
Porto Velho/RO	29,1	Porto Velho/RO	28,3	Vitória/ES	29,6	Vitória/ES	30,4	João Pessoa/PB	28,5
Belém/PA	28,0	Belém/PA	26,1	Belém/PA	28,4	Goiânia/GO	25,1	Goiânia/GO	24,9
Goiânia/GO	27,4	Goiânia/GO	25,8	Goiânia/GO	25,0	Curitiba/PR	24,6	Salvador/BA	24,3
Salvador/BA	24,4	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	23,6	Curitiba/PR	24,3
Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	24,2	Curitiba/PR	24,1	Belém/PA	23,1	Belém/PA	22,3
Palmas/TO	20,4	Palmas/TO	20,0	Palmas/TO	20,3	Palmas/TO	22,8	Palmas/TO	20,7
Porto Alegre/RS	19,0	Porto Alegre/RS	18,0	Cuiabá/MT	17,1	Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	17,4
Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	16,8	Porto Alegre/RS	17,1	Porto Alegre/RS	17,0	Porto Alegre/RS	17,3
Belo Horizonte/MG	15,9	Belo Horizonte/MG	15,0	Belo Horizonte/MG	15,6	Belo Horizonte/MG	14,6	Belo Horizonte/MG	14,2
Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,6	Florianópolis/SC	6,4	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,8

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Movimentos mais expressivos entre os municípios

As análises seguintes têm como foco os movimentos mais expressivos da economia, considerando o biênio 2010-2011. São apresentados os ganhos e as perdas na participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB e os movimentos mais significativos de posição no País. Em geral, os principais movimentos observados, em 2011, estão vinculados às *commodities*.

A análise de ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2011 em relação a 2010 foi realizada considerando os municípios que geravam pelo menos 0,5% do PIB nacional. A Tabela 7 apresenta os 24 municípios que se enquadravam nessa categoria.

Tabela 7 - Participação relativa e diferença absoluta do Produto Interno Bruto, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Produto Interno Bruto					
	Participação relativa (%)					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Campos dos Goytacazes/RJ	0,8	1,0	0,6	0,7	0,9	0,2
Guarulhos/SP	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	0,1
Barueri/SP	1,0	0,9	0,8	0,7	0,8	0,0
Fortaleza/CE	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	0,0
Santos/SP	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Vitória/ES	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,0
Goiânia/GO	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,0
Rio de Janeiro/RJ	5,3	5,2	5,3	5,0	5,1	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Recife/PE	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
Brasília/DF	3,8	3,9	4,1	4,0	4,0	(-) 0,0
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	(-) 0,0
Osasco/SP	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
Salvador/BA	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
São José dos Campos/SP	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	(-) 0,0
Porto Alegre/RS	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	(-) 0,0
Manaus/AM	1,3	1,3	1,2	1,3	1,2	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	1,1	0,6	0,8	0,7	0,6	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	(-) 0,1
Betim/MG	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	(-) 0,1
São Paulo/SP	12,1	11,8	12,0	11,8	11,5	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

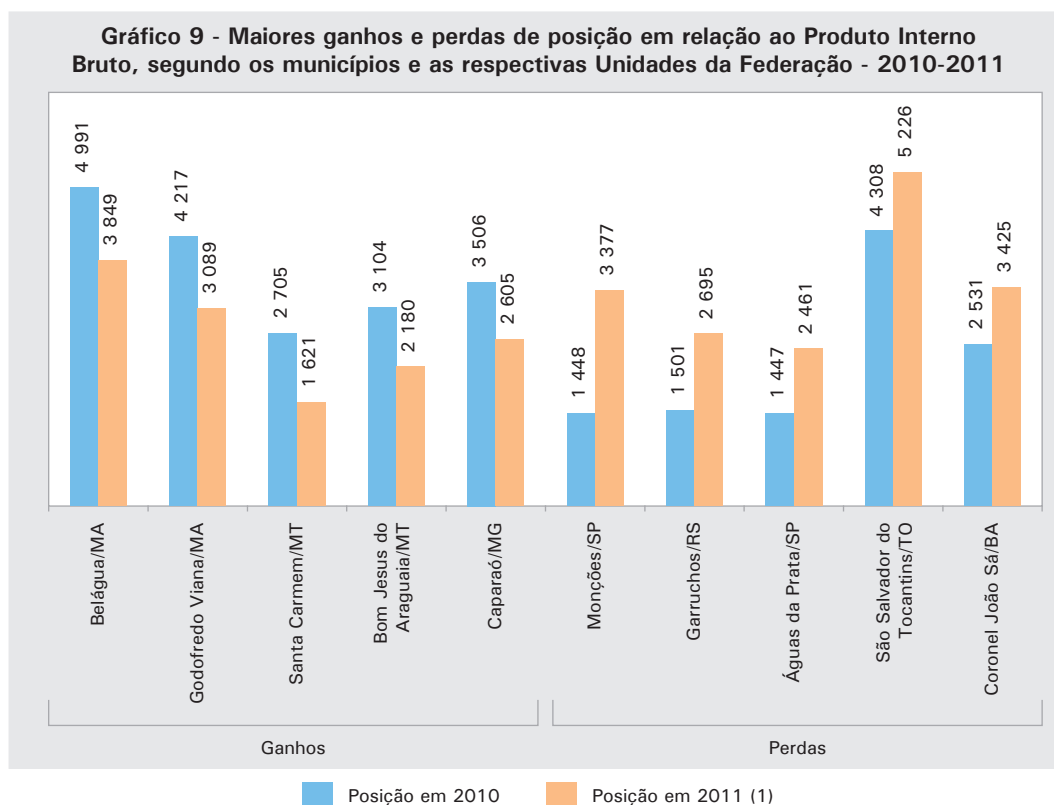
(1) Dados sujeitos a revisão.

Em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), a variação positiva na participação deveu-se principalmente aos altos preços do petróleo. O ganho na participação do Município de Guarulhos (São Paulo) ocorreu em função da Indústria de transformação e do Comércio e serviços de manutenção e reparação.

No Município de São Paulo (São Paulo), os segmentos Comércio e serviços de manutenção e reparação e os Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados foram os principais responsáveis pela perda de participação. Em 2011, a atividade predominante em Betim (Minas Gerais) era a Indústria de transformação; os segmentos produção de autopeças e refino de petróleo foram os principais responsáveis pela queda de participação. A queda apresentada pelo primeiro segmento foi devido aos elevados estoques e a apresentada pelo segundo foi ocasionada pelo preço elevado do petróleo, que impactou diretamente os custos da atividade. Em São Bernardo do Campo (São Paulo), destacavam-se a indústria automotiva e os demais ramos industriais ligados a esta cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosmético. Estes segmentos foram os principais responsáveis pela perda de participação do município. A perda de participação do Município de Duque de

Caxias (Rio de Janeiro) ocorreu devido, principalmente, ao preço elevado do petróleo, que impactou diretamente nos custos da atividade refino do petróleo. Manaus (Amazonas), município industrial, apresentou queda em função da Indústria de transformação.

A análise dos maiores ganhos e perdas de posição dos municípios no País, no biênio 2010-2011, foi realizada considerando-se todos os municípios brasileiros e está ilustrada no Gráfico 9.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

No Maranhão, o aumento na produção do cultivo de mandioca impactou positivamente a economia de Belágua, e o incremento na extração de ouro, a economia de Godofredo Viana. No município mineiro de Caparaó, o comércio atacadista de café em grão registrou crescimento significativo. Em Santa Carmem (Mato Grosso), o ganho de posição foi consequência do aumento de produção de soja e em Bom Jesus de Araguaia (Mato Grosso) ocorreu a instalação de grandes armazéns para a estocagem da produção de cereais e algodão aliada à utilização de unidades já existentes, porém que se encontravam subutilizadas e, em decorrência dessas atividades, houve o fomento do comércio atacadista e dos transportes.

A queda na atividade Comércio e serviços de manutenção e reparação foi verificada no Município de Monções (São Paulo). No Município de Garruchos (Rio Grande do Sul) existia uma conversora de energia elétrica, em 2011 ocorreu redução significativa do valor exportado. O Município de Águas da Prata (São Paulo) registrou acentuada queda na Indústria de transformação e no Comércio e serviços de manutenção e reparação. A perda de posição do Município de São Salvador do Tocantins (Tocantins) foi decorrente do encerramento das obras de uma usina hidroelétrica no município vizinho

de Paranã, enquanto a queda do Município de Coronel João Sá (Bahia) foi ocasionada pela redução da área colhida e da quantidade produzida das lavouras de milho e feijão motivada pela escassez de chuva na região.

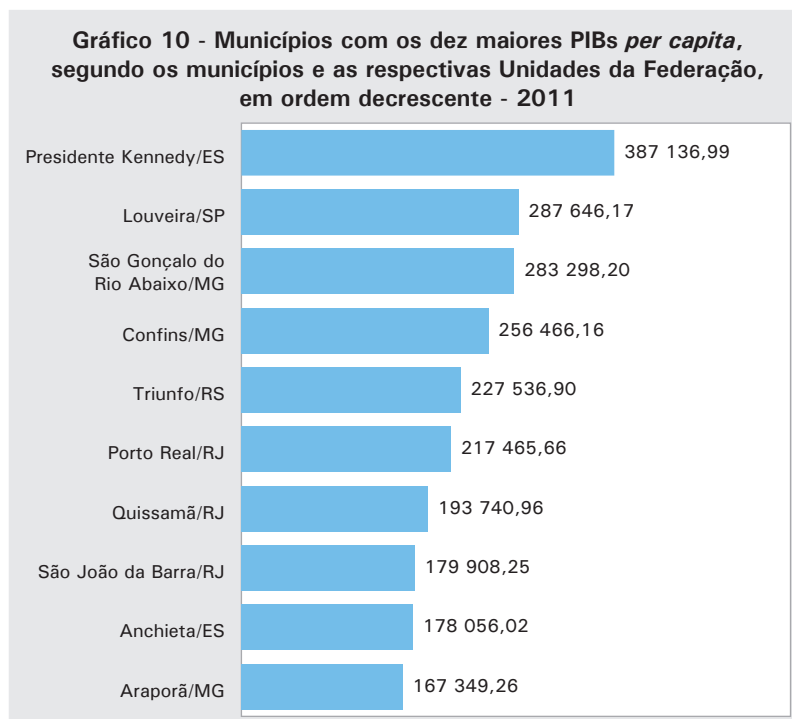
PIB *per capita*

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de 2011, tendo 1º de julho de 2011 como data de referência.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2011, foi de R\$ 21 535,65. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

Mais da quarta parte dos municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentou PIB *per capita* superior ao nacional enquanto que nenhum município dos Estados do Acre, Roraima e Alagoas apresentou essa característica.

O Gráfico 10 apresenta os municípios com os 10 maiores PIB *per capita*, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2011.

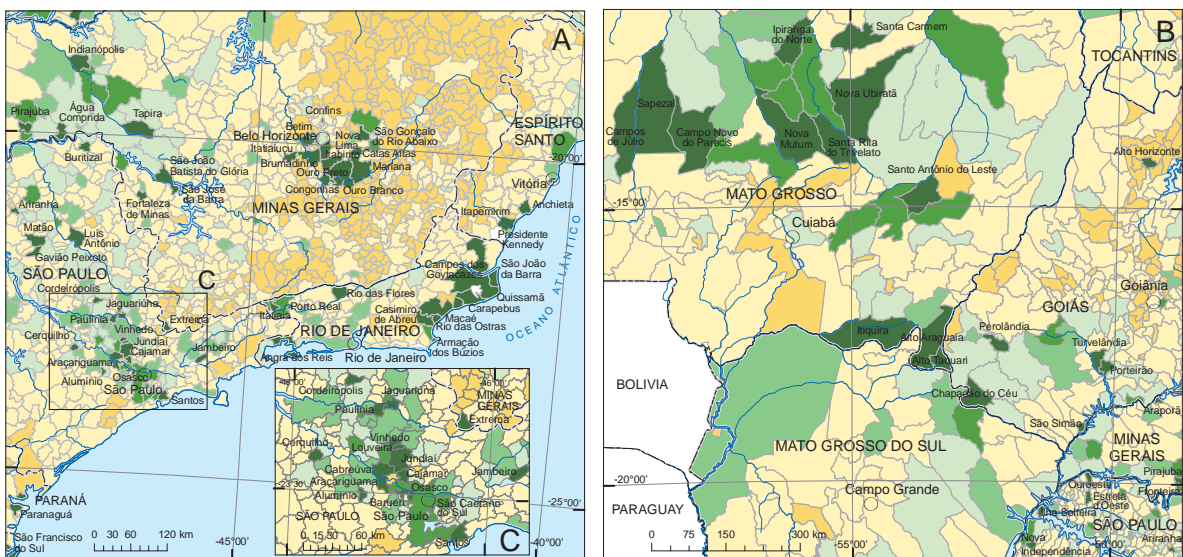
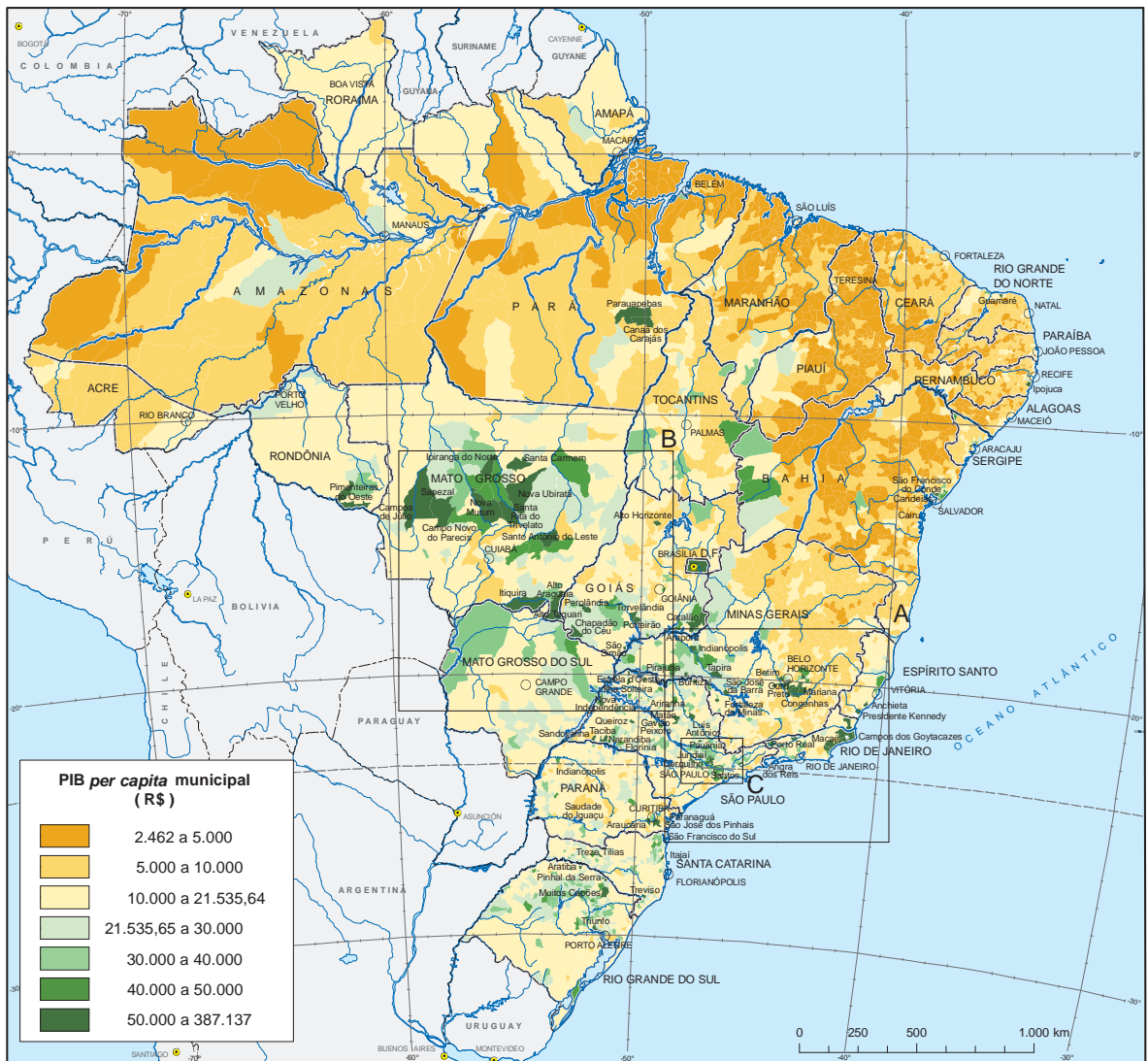


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto *per capita* - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em comum, observa-se que esses municípios possuíam baixa densidade demográfica. Presidente Kennedy (Espírito Santo) e Quissamã (Rio de Janeiro) eram municípios produtores de petróleo. Louveira (São Paulo) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. São Gonçalo do Rio Abaixo (Minas Gerais) está localizado na Região Central e a principal atividade do município é a extração de minério de ferro. Confins (Minas Gerais) ganhou posição com a transferência da maior parte dos voos do aeroporto em Belo Horizonte para o aeroporto internacional situado no município. No Município de Porto Real (Rio de Janeiro), situava-se uma indústria automobilística. O Município de Triunfo (Rio Grande do Sul), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Anchieta (Espírito Santo) caracterizava-se pela pelotização e sinterização de minério de ferro. São João da Barra (Rio de Janeiro) era produtor de petróleo. O Município de Araporã (Minas Gerais), localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidrelétrica do seu estado, com capacidade instalada de 2 082 megawatts. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 2.

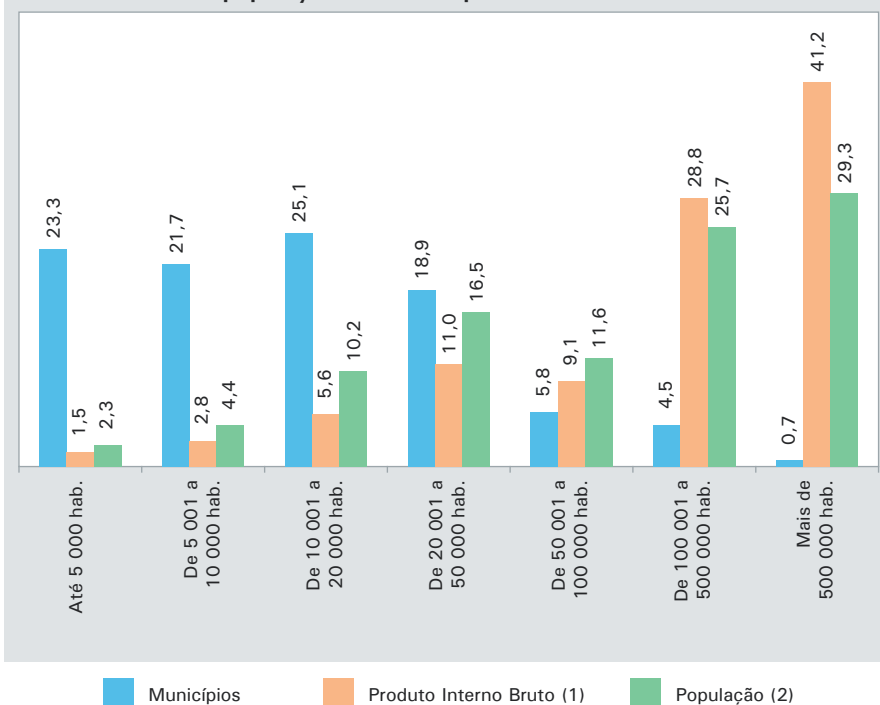
O menor PIB *per capita*, em 2011, foi R\$ 2 462,15, verificado no município paraense de Currealinho. Este município, localizado no arquipélago do Marajó, sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 60,3% do valor adicionado bruto total. Outras atividades importantes no município eram construção civil, pesca e agricultura extrativista. O município era habitado por extrativistas tradicionais, onde a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo eram enraizados no modo de vida e na cultura. Segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2011¹⁴, os principais produtos alimentícios explorados eram o açaí e a erva-mate cancheada.

O Gráfico 11 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 286 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 902 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.

O Gráfico 12 apresenta a razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população em 2011. As duas últimas faixas com mais de 100 000 habitantes apresentaram PIB *per capita* superior ao nacional.

¹⁴ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

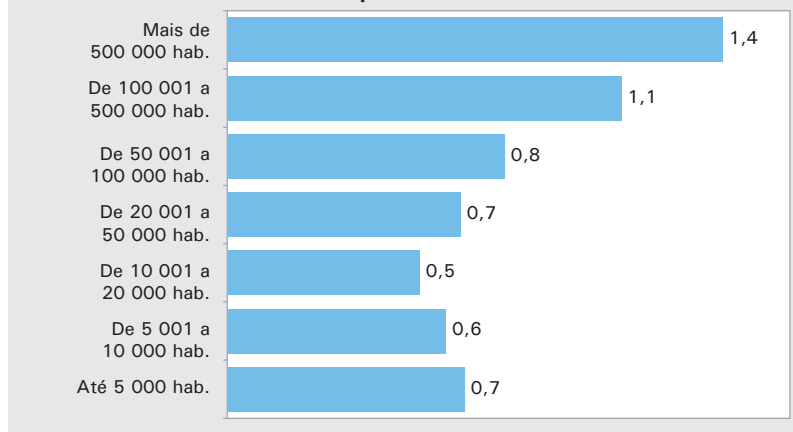
Gráfico 11 - Participações relativas do número de municípios, Produto Interno Bruto e população, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Gráfico 12 - Razão entre o PIB *per capita* de cada classe e o nacional, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

Na Tabela 8, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Nota-se que, apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, correspondendo a 4,0 vezes o PIB *per capita* brasileiro, foi o quarto maior no Estado do Espírito Santo, atrás dos Municípios de Presidente Kennedy, Anchieta e Itapemirim.

O PIB *per capita* de cada um dos 556 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 4 519,66. Entre esses municípios, estavam 52,2% dos municípios do Piauí, 48,8% do Maranhão, 48,3% do Pará, 38,2% de Alagoas e 31,9% da Bahia.

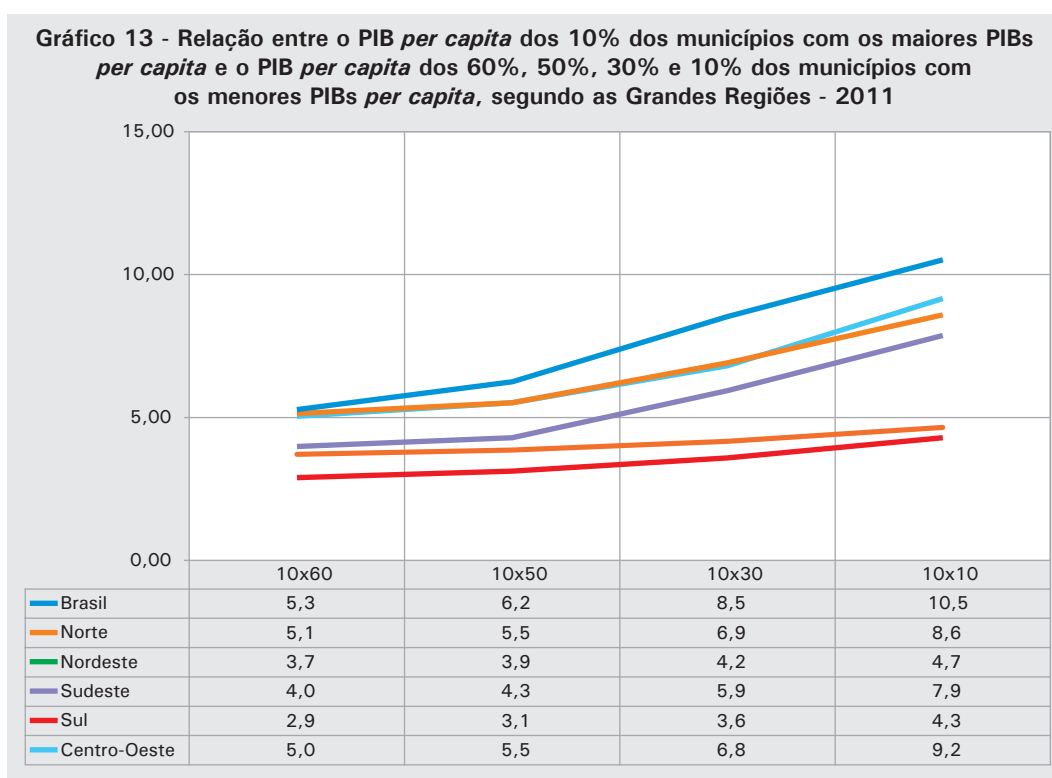
Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 7 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,3 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores das Regiões Norte e Centro-Oeste são os maiores e ficam muito próximos. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce. As Regiões Sul e Nordeste apresentavam os menores indicadores entre as regiões em todos os segmentos. Esses resultados estão apresentados no Gráfico 13.

Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1 000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Vitória/ES	85 794,33	1º	4º	36º	331	4,0
Brasília/DF	63 020,02	2º	1º	72º	2 610	2,9
São Paulo/SP	42 152,76	3º	44º	160º	11 316	2,0
Rio de Janeiro/RJ	32 940,23	4º	18º	295º	6 356	1,5
Curitiba/PR	32 916,44	5º	15º	297º	1 765	1,5
Porto Alegre/RS	32 203,11	6º	54º	312º	1 413	1,5
Manaus/AM	27 845,71	7º	2º	470º	1 832	1,3
Florianópolis/SC	26 749,29	8º	49º	521º	427	1,2
Belo Horizonte/MG	23 053,07	9º	84º	706º	2 386	1,1
Cuiabá/MT	22 301,79	10º	44º	771º	556	1,0
Porto Velho/RO	21 784,76	11º	6º	812º	436	1,0
Recife/PE	21 434,88	12º	3º	848º	1 547	1,0
Goiânia/GO	20 990,21	13º	41º	893º	1 318	1,0
São Luís/MA	20 242,74	14º	3º	964º	1 027	0,9
Campo Grande/MS	19 745,42	15º	25º	1 029º	796	0,9
Boa Vista/RR	17 552,65	16º	1º	1 347º	291	0,8
Fortaleza/CE	16 962,89	17º	5º	1 454º	2 477	0,8
Aracaju/SE	15 913,40	18º	10º	1 632º	580	0,7
Palmas/TO	15 878,91	19º	20º	1 639º	235	0,7
Natal/RN	15 129,28	20º	11º	1 796º	811	0,7
Maceió/AL	14 572,42	21º	4º	1 920º	943	0,7
Salvador/BA	14 411,73	22º	33º	1 967º	2 694	0,7
Belém/PA	14 027,06	23º	10º	2 055º	1 402	0,7
Teresina/PI	13 866,75	24º	6º	2 094º	822	0,6
Macapá/AP	13 821,85	25º	6º	2 104º	407	0,6
João Pessoa/PB	13 786,44	26º	6º	2 114º	733	0,6
Rio Branco/AC	13 120,16	27º	5º	2 277º	342	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 9, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

Tabela 9 - Distribuição do Produto Interno Bruto per capita pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2011

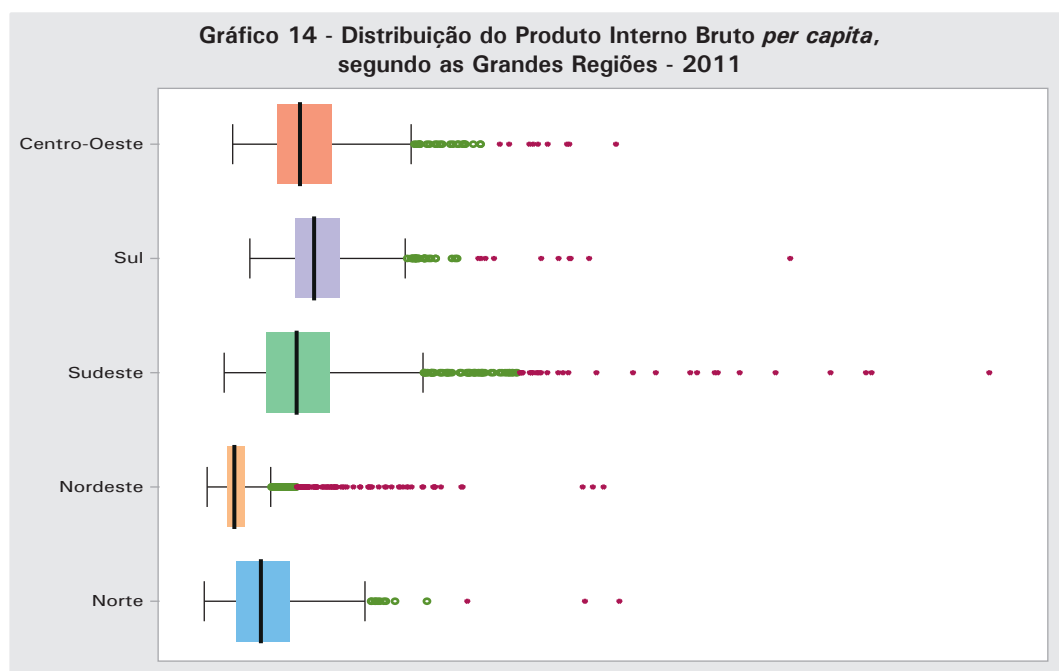
Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto per capita (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
Brasil	2 462,15	5 736,39	10 902,94	17 291,59	387 136,99	0,11
Norte	2 462,15	5 307,24	8 277,68	12 542,90	124 181,23	0,18
Nordeste	2 679,66	4 467,30	5 128,27	6 297,10	116 198,31	0,28
Sudeste	4 115,94	8 994,89	13 694,08	19 825,24	387 136,99	0,13
Sul	6 878,75	13 563,57	16 848,22	22 085,48	227 536,90	0,23
Centro-Oeste	4 957,25	10 553,21	14 275,95	20 225,54	122 457,74	0,23

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O PIB *per capita* brasileiro, em 2011, era de R\$ 21 535,65, superior ao valor mediano, que era de R\$ 10 902,94, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País, superior a uma vez e meia a mediana da renda nacional. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 6 297,10 e esse valor era menor que o valor mínimo encontrado entre os municípios da Região Sul. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

O Gráfico 14 apresenta o *Box Plot*¹⁵ do PIB *per capita* para cada uma das Grandes Regiões. Este gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 9. Optou-se por utilizar uma transformação na escala com a finalidade de facilitar a visualização da distribuição do PIB *per capita* entre as regiões. Para cada uma delas, todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartílica são considerados valores atípicos e foram representados com a cor verde, e os valores superiores ao terceiro quartil mais três vezes a diferença interquartílica são considerados pontos extremos e foram representados com a cor vinho. Desse modo, o conjunto de pontos verdes e vinhos representavam 2,9% dos municípios da Região Norte; 9,2% dos municípios da Região Nordeste; 5,0% dos municípios da Região Sudeste; 3,3% dos municípios da Região Sul; e 6,7% dos municípios da Região Centro-Oeste.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

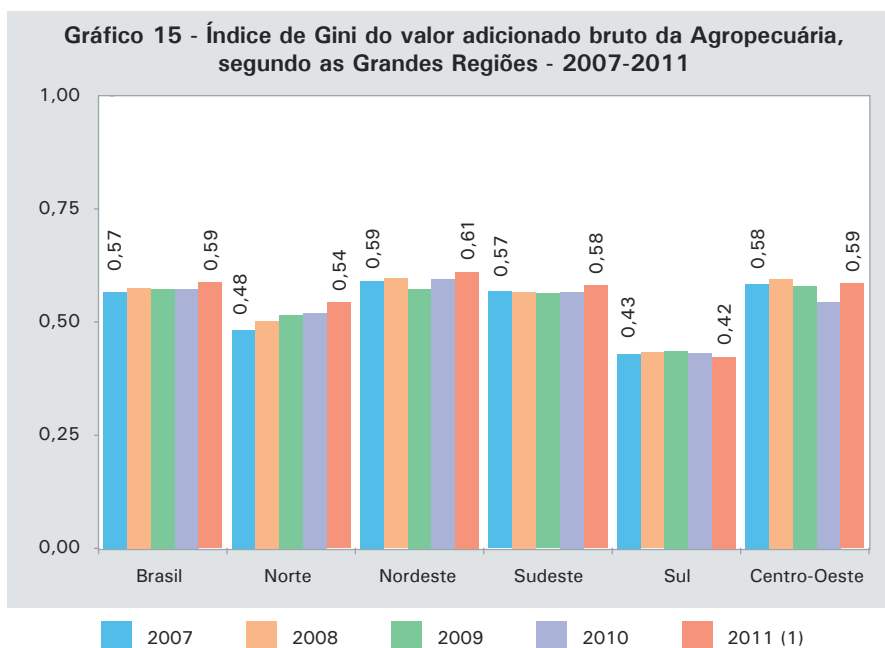
¹⁵ Para construir este desenho esquemático, considera-se um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis (q1 e q3). A partir do retângulo, para a direita, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite superior, $q3 + 1,5 \times (q3 - q1)$. A diferença $q3 - q1$ é chamada diferença interquartílica. Do mesmo modo, para a esquerda, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite inferior, $q1 - 1,5 \times (q3 - q1)$.

Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, analisa-se posteriormente o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Para cada setor de atividade, é apresentado o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada e os ganhos e as perdas mais expressivos na participação percentual do País.

Valor adicionado bruto da Agropecuária

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O Gráfico 15 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Agropecuária, para o período de 2007 a 2011. O índice de Gini no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,59. Os índices mais altos do que o obtido para o País foram observados nos Estados da Bahia (0,65), Minas Gerais (0,63) e Goiás (0,61). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

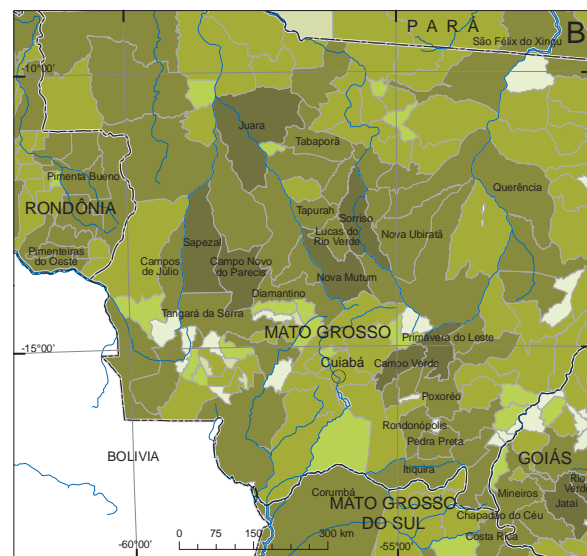
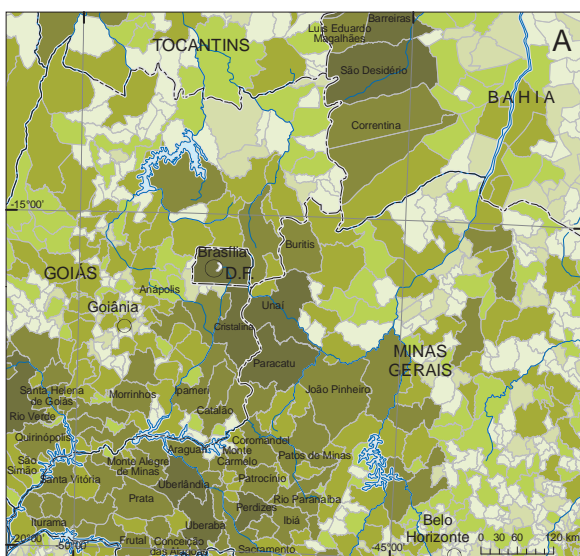
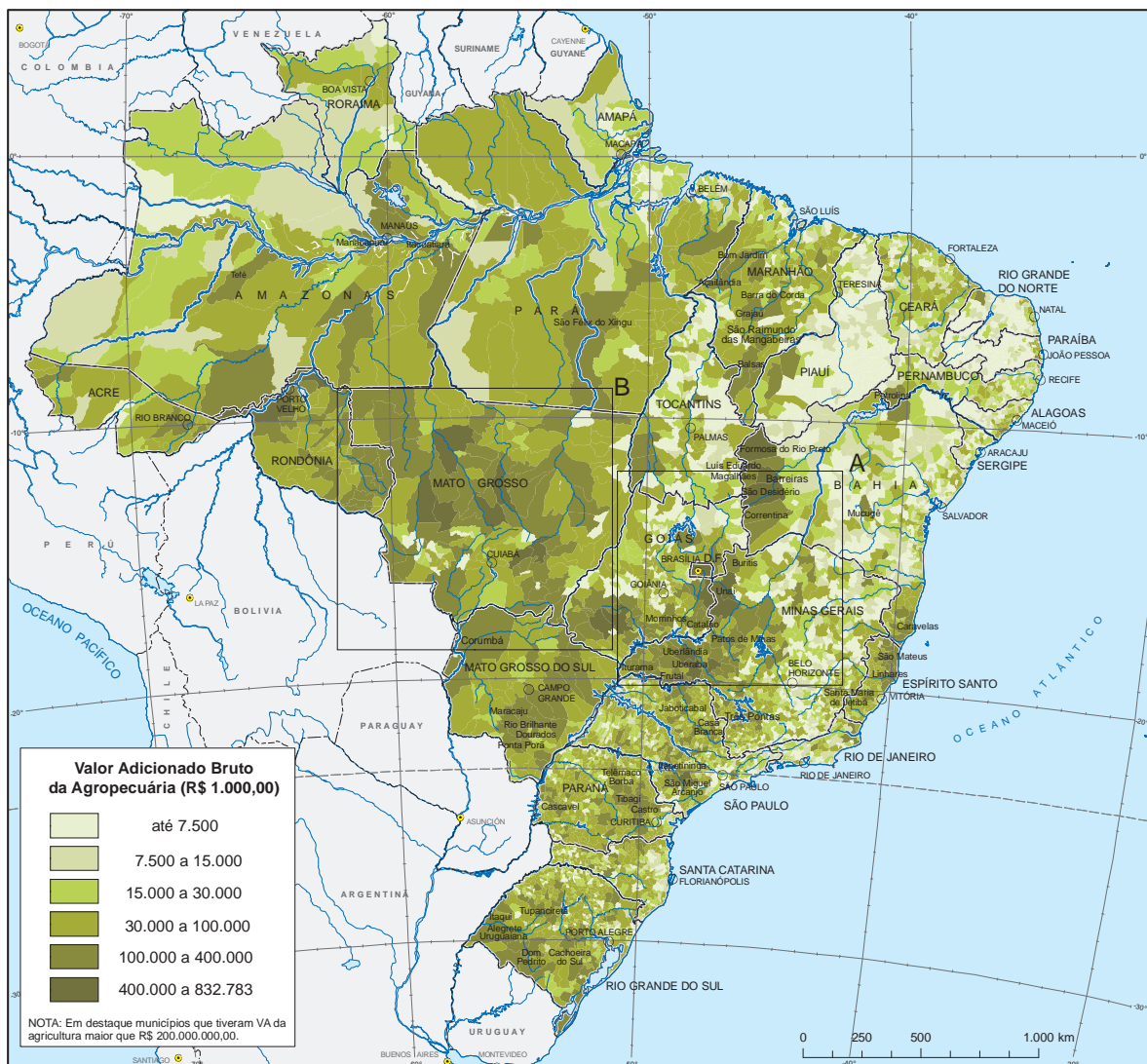


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e de Mato Grosso do Sul, cerca de 35,5%, 34,6% e 25,6%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Agropecuária estavam localizadas nos Estados da Paraíba, onde 82,1% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição; Piauí, 77,2%; e Rio Grande do Norte, 70,1%.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da Agropecuária - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 10 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁶ no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2007 a 2011. Observa-se que, em 2011, 195 municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil e 763 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de Resultados 3.

Tabela 10 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	202	3,6	9,1	202	3,6	9,1
De 25% a 50%	548	9,8	17,4	750	13,5	26,5
De 50% a 75%	1 109	19,9	25,2	1 859	33,4	51,7
De 75% a 95%	2 010	36,1	28,4	3 869	69,5	80,1
De 95% a 99%	1 018	18,3	10,7	4 887	87,8	90,8
De 99% a 100%	677	12,2	9,2	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	187	3,4	7,8	187	3,4	7,8
De 25% a 50%	537	9,7	12,9	724	13,0	20,7
De 50% a 75%	1 100	19,8	22,5	1 824	32,8	43,2
De 75% a 95%	2 045	36,8	35,7	3 869	69,5	78,9
De 95% a 99%	1 038	18,7	11,6	4 907	88,2	90,5
De 99% a 100%	657	11,8	9,5	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	188	3,4	7,7	188	3,4	7,7
De 25% a 50%	528	9,5	16,1	716	12,9	23,8
De 50% a 75%	1 118	20,1	28,1	1 834	33,0	51,9
De 75% a 95%	2 046	36,8	27,0	3 880	69,7	78,9
De 95% a 99%	1 030	18,5	11,9	4 910	88,2	90,7
De 99% a 100%	655	11,8	9,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	213	3,8	9,6	213	3,8	9,6
De 25% a 50%	528	9,5	15,3	741	13,3	25,0
De 50% a 75%	1 084	19,5	20,8	1 825	32,8	45,8
De 75% a 95%	1 994	35,8	32,3	3 819	68,6	78,1
De 95% a 99%	1 021	18,3	12,0	4 840	87,0	90,1
De 99% a 100%	725	13,0	9,9	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	195	3,5	8,7	195	3,5	8,7
De 25% a 50%	510	9,2	11,2	705	12,7	19,9
De 50% a 75%	1 046	18,8	22,4	1 751	31,5	42,3
De 75% a 95%	1 990	35,8	34,3	3 741	67,2	76,6
De 95% a 99%	1 061	19,1	13,0	4 802	86,3	89,6
De 99% a 100%	763	13,7	10,4	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹⁶ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 11, foram destacados os 16 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente, 5,0% do total em 2011.

Tabela 11 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2011

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1 000 R\$)	Participações	
		Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
São Desidério/BA	832 783	0,4	0,4
Sorriso/MT	745 597	0,4	0,8
Rio Verde/GO	723 351	0,4	1,2
Campo Verde/MT	664 390	0,3	1,5
Sapezal/MT	631 575	0,3	1,9
Porto Velho/RO	608 856	0,3	2,2
Jataí/GO	592 393	0,3	2,5
Itapetininga/SP	586 915	0,3	2,8
Primavera do Leste/MT	578 774	0,3	3,1
Uberaba/MG	572 186	0,3	3,4
Unai/MG	571 852	0,3	3,7
Cristalina/GO	521 630	0,3	4,0
Campo Novo do Parecis/MT	511 020	0,3	4,2
Brasília/DF	501 199	0,3	4,5
Formosa do Rio Preto/BA	470 078	0,2	4,7
Perdizes/MG	456 496	0,2	5,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado, foi o maior produtor de algodão herbáceo do País e, segundo a PAM 2011, foi responsável por 14% da produção nacional e 45,1% da produção baiana. A agricultura irrigada foi a principal base da economia do município, que possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas da Região Nordeste.

O município de Sorriso (Mato Grosso) foi o que obteve o maior valor de produção, segundo a PAM 2011. Esse município se destaca como o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho.

No Município de Rio Verde (Goiás), a atividade Agropecuária estava integrada com as agroindústrias do ramo alimentício. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de soja, milho e sorgo. Na pecuária, o município se destacou na produção de aves, suínos e bovinos. A utilização de tecnologias avançadas e a profissionalização do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo. Houve aumento na produção em função do levado valor de produção da cultura de milho e sorgo no ano de 2011.

O Município de Campo Verde (Mato Grosso), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo a soja e o algodão os principais produtos. Na pecuária, tinha a maior produção de aves do estado, a segunda produção de ovos e também era um importante produtor de suínos. A Agropecuária estava completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo beneficiamento da produção agropecuária e o setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais.

O Município de Sapezal (Mato Grosso) fica na região oeste do estado, e os principais produtos cultivados eram soja e algodão. A indústria do município utiliza parte da produção agrícola na fabricação de biocombustíveis. Esse município possui duas pequenas centrais hidrelétricas e fabrica máquinas para o beneficiamento de arroz.

Segundo a PEVS¹⁷, em 2011 o Município de Porto Velho (Rondônia) foi o terceiro maior produtor de madeira em tora da extração vegetal. A atividade Pecuária também era expressiva no nesse município.

No ano de 2011, o Município de Jataí (Goiás) destacou-se na produção de soja, milho e cana. Na pecuária, destacou-se a criação de bovinos, suínos e aves e a produção de leite. O município é cortado por importantes rodovias responsáveis pelo escoamento da produção de grãos. O ganho de participação em relação ao ano anterior decorreu do aumento tanto da produção como de preço.

Segundo a PEVS 2011, o Município de Itapetininga (São Paulo) era um dos principais municípios produtores de madeira em tora da silvicultura do País. Além disso, a PAM 2011 registrou esse município como um dos 20 maiores produtores de laranja do País.

Primavera do Leste (Mato Grosso) está situado no sudeste do estado, sua economia estava integrada com a indústria destacando-se a produção de soja, milho e algodão incorporada por um processo de industrialização da produção de fabricação de óleo vegetal, ração animal e de produtos têxteis. A produção de aves teve forte expansão em razão da instalação de frigoríficos.

Uberaba (Minas Gerais) pertence à região do Triângulo Mineiro e tinha a maior parte da sua produção vegetal concentrada na lavoura temporária. Apresentou as maiores produções estaduais de milho e de cana-de-açúcar, a terceira maior produção estadual de soja e a quarta de batata-inglesa. Na pecuária, evidenciaram-se os efetivos de aves, bovinos, suínos e as produções de ovos e de leite.

Unai (Minas Gerais) está localizado na região noroeste do estado. O município destacou-se na lavoura temporária; foi o maior produtor estadual de soja, de feijão e sorgo; segundo na produção de milho; e quarto na de trigo. Esse município apresentou o quarto maior valor adicionado bruto da pecuária estadual, tendo o segundo maior efetivo de bovinos e a segunda maior produção de leite no estado.

O Município de Cristalina (Goiás) possuía agricultura diversificada e caracterizou-se por ser grande produtor de soja, trigo, feijão e alho.

O município Campo Novo do Parecis (Mato Grosso) está localizado na região oeste do estado. Os principais produtos agrícolas cultivados no município eram: soja, algodão e cana-de-açúcar. O setor industrial tinha importância na produção de álcool, fabricação de adubos e fertilizantes e na preparação de fibras de algodão.

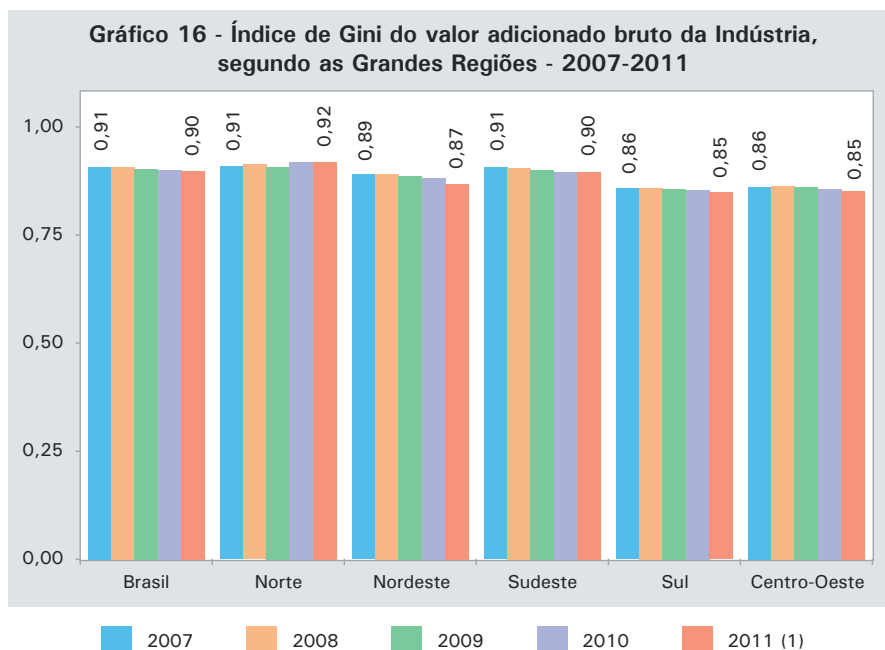
¹⁷ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

Segundo a PAM 2011, Brasília (Distrito Federal) era um dos principais municípios produtores de soja, milho, tomate e feijão.

Formosa do Rio Preto (Bahia) é um município localizado ao extremo noroeste baiano. Seu principal setor de atividade era o agropecuário e tinha como principais culturas: a soja, o algodão e o milho. O município de Perdizes (Minas Gerais) está localizado na região do Alto Paranaíba. Sua produção vegetal foi fortemente evidenciada pelos cultivos de cana-de-açúcar, trigo, milho e batata-inglesa. Na pecuária destacou-se a produção de leite e o efetivo de bovinos.

Valor adicionado bruto da Indústria

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato de a atividade industrial ser, quando comparada às demais atividades, a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,90. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série. O Gráfico 16 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Indústria, para o período de 2007 a 2011. Os índices superiores ao obtido para o País foram observados nos Estados do Amazonas (0,95) e Pará (0,91). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

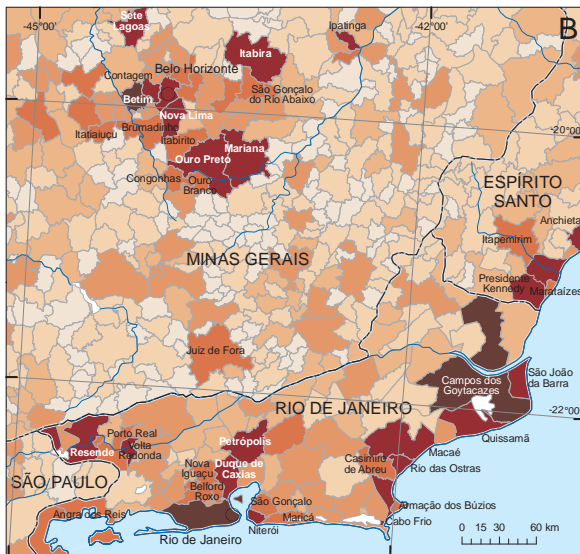
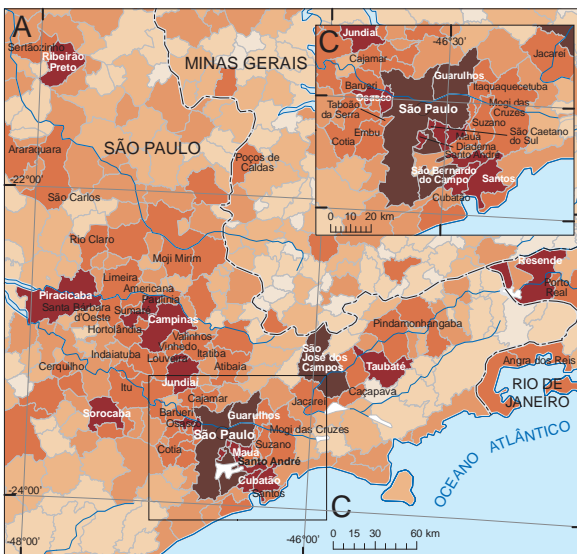
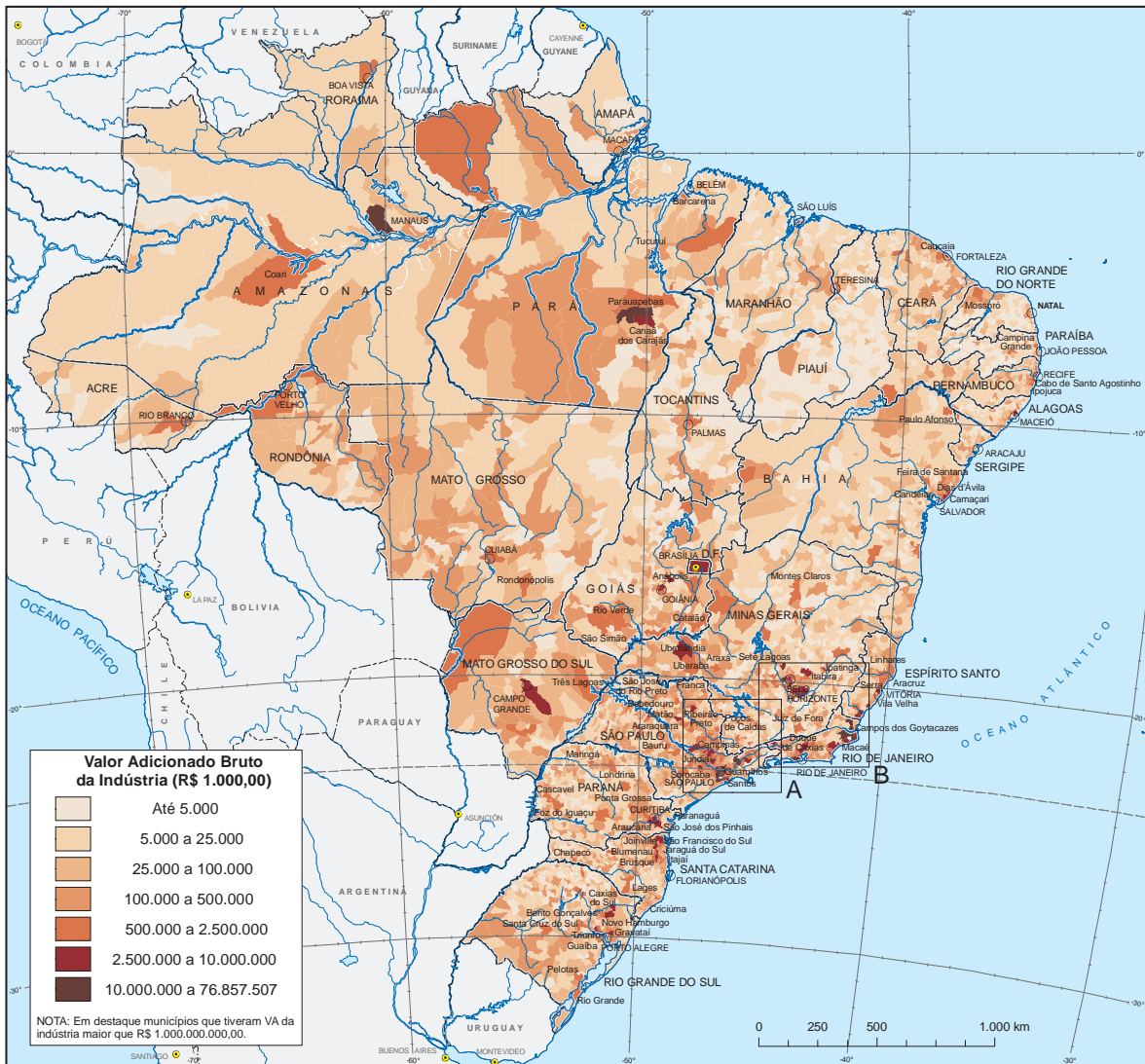


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 27,2% e 15,0% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, onde mais de 55,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Indústria - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁸ no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2007 a 2011. Pode-se destacar que, em 2011, apenas 12 municípios concentravam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 15,6% da população brasileira.

Tabela 12 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2007-2011

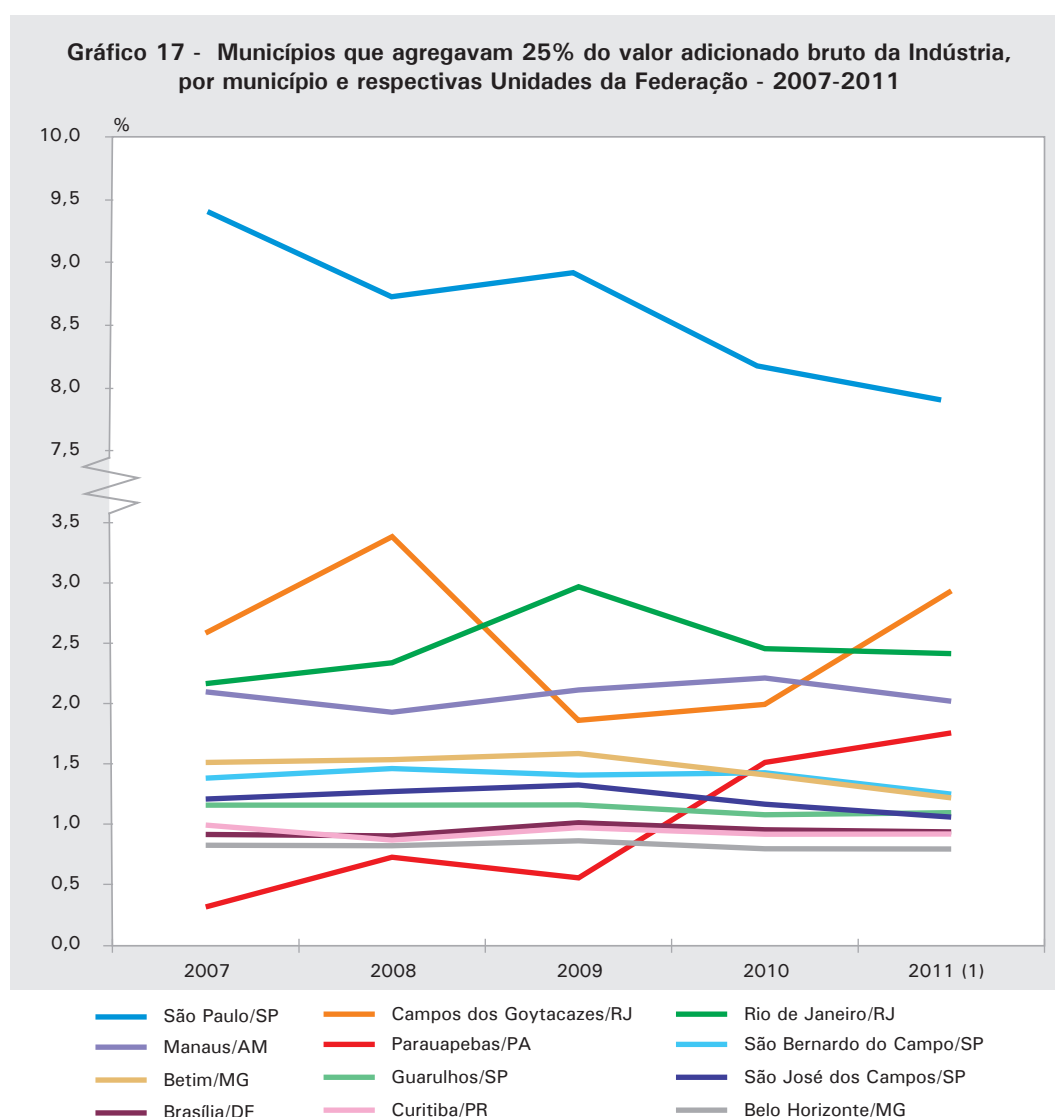
Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)		
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)	
2007							
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4	
De 25% a 50%	49	0,9	14,8	59	1,1	28,2	
De 50% a 75%	170	3,1	18,7	229	4,1	46,9	
De 75% a 95%	961	17,3	25,4	1 190	21,4	72,4	
De 95% a 99%	1 910	34,3	18,4	3 100	55,7	90,7	
De 99% a 100%	2 464	44,3	9,3	5 564	100,0	100,0	
2008							
Até 25%	11	0,2	13,4	11	0,2	13,4	
De 25% a 50%	49	0,9	14,5	60	1,1	27,9	
De 50% a 75%	169	3,0	18,6	229	4,1	46,5	
De 75% a 95%	963	17,3	25,7	1 192	21,4	72,2	
De 95% a 99%	1 862	33,5	18,1	3 054	54,9	90,3	
De 99% a 100%	2 510	45,1	9,7	5 564	100,0	100,0	
2009							
Até 25%	11	0,2	14,2	11	0,2	14,2	
De 25% a 50%	51	0,9	14,8	62	1,1	29,0	
De 50% a 75%	180	3,2	18,8	242	4,3	47,8	
De 75% a 95%	1 020	18,3	25,4	1 262	22,7	73,2	
De 95% a 99%	1 924	34,6	18,2	3 186	57,3	91,4	
De 99% a 100%	2 379	42,7	8,6	5 565	100,0	100,0	
2010							
Até 25%	12	0,2	14,8	12	0,2	14,8	
De 25% a 50%	54	1,0	13,7	66	1,2	28,5	
De 50% a 75%	185	3,3	19,6	251	4,5	48,1	
De 75% a 95%	1 028	18,5	25,3	1 279	23,0	73,5	
De 95% a 99%	1 932	34,7	18,2	3 211	57,7	91,6	
De 99% a 100%	2 354	42,3	8,4	5 565	100,0	100,0	
2011 (2)							
Até 25%	12	0,2	15,6	12	0,2	15,6	
De 25% a 50%	56	1,0	14,0	68	1,2	29,5	
De 50% a 75%	194	3,5	19,2	262	4,7	48,7	
De 75% a 95%	1 077	19,4	26,0	1 339	24,1	74,7	
De 95% a 99%	1 945	35,0	17,6	3 284	59,0	92,3	
De 99% a 100%	2 281	41,0	7,7	5 565	100,0	100,0	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹⁸ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

Em 2011, com 68 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 29,5% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 281 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 7,7% da população. Estes números representam a grande concentração da Indústria no Território Nacional. O Gráfico 17 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto industrial no período de 2007 a 2011. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de Resultados 4.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, em 2011, a Indústria perdeu participação no valor adicionado bruto no País, entretanto o segmento Indústria extrativa apresentou crescimento tanto em quantidade, quanto em preço. Consequentemente, os municípios cujas economias estavam vinculadas às *commodities* minerais tiveram ganho de participação superior aos demais municípios com indústria diversificada.

Em 2011, o Município de São Paulo (São Paulo) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 7,9%. O Município de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 2,9%, seguido do município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), com 2,4%. O Município de Campos dos Goytacazes concentrava as atividades de exploração de petróleo e gás natural e ganhou participação no valor adicionado bruto industrial do País em função da alta do preço do barril de petróleo¹⁹.

A participação do valor adicionado bruto industrial de Manaus (Amazonas), onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2,0% em toda a série.

Parauapebas (Pará), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, em 2011, foi beneficiado pelo aumento de preços no mercado internacional, passando a gerar 1,8% do valor adicionado bruto industrial nacional.

São Bernardo do Campo (São Paulo) gerou 1,3% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos.

Betim (Minas Gerais), localizado na região central, município-polo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis, uma rede de produção de autopeças e tinha uma dinâmica associada ao bom desempenho das áreas de bens de consumo duráveis no seu entorno. O refino de derivados de petróleo também era uma atividade importante na Indústria de transformação do município. Além dessas atividades, possuía grandes indústrias nos segmentos de química, metal-mecânica e siderurgia. Destacavam-se a fabricação e montagem de estruturas de aço e a fundição de ferro e cabeçotes de alumínio, entre outras atividades. Em 2011, agregava 1,2% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

O Município de Guarulhos (São Paulo) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico. São José dos Campos (São Paulo), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos. Cada um desses dois municípios paulistas agregavam 1,1% ao valor adicionado bruto industrial do País, em 2011.

Segundo a análise das Contas Regionais do Brasil 2011, o valor adicionado bruto industrial do Distrito Federal²⁰ foi responsável por 6,4% do valor adicionado bruto total. O segmento industrial de maior peso era a construção civil, que pesava 61% do valor adicionado bruto da Indústria, em 2011. No entanto, nesse ano, o setor que apresentou maior incremento foi o da indústria de transformação.

O Município de Curitiba (Paraná) está localizado em uma posição geográfica estratégica, próximo aos países do Mercosul, do Estado de São Paulo, além da proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina (localizados no Paraná), e de Navegantes e São Francisco (Santa Catarina). Tem ligação rodoviária e ferroviária com portos e aeroportos. A Indústria de transformação foi a principal responsável pelo valor adicionado bruto da Indústria no município, principalmente nos segmentos automotivo e de máquinas e equipamentos para agricultura. Em 2011, participava com 0,9% do valor adicionado bruto industrial.

¹⁹ Segundo a U.S. Energy Information Administration - EIA, o preço médio do barril de petróleo, em 2010, foi de US \$79.6 e, em 2011, US \$111.0, representando um aumento de 34,4%.

²⁰ Ressalte-se que os resultados do Distrito Federal são produzidos pelas Contas Regionais do Brasil.

A Construção civil foi o subsetor mais representativo na atividade industrial de Belo Horizonte (Minas Gerais), seguida da Indústria de transformação. Entre os gêneros deste último setor, destacavam-se os setores: metalúrgico, fabricação de bebidas, fabricação de equipamentos de informática, de máquinas e equipamentos e de autopeças. No gênero alimentício, destacavam-se a fabricação de laticínios e o abate de bovinos. Esse município gerava 0,8% do valor adicionado bruto da Indústria do País.

Na Tabela 13, é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 32 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2011. As variações positivas verificadas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Cabo Frio, São João da Barra e Macaé estavam relacionadas com a alta do preço do petróleo e no Município de Parauapebas (Pará) foi decorrente do aumento do preço do minério de ferro.

Tabela 13 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	Participação relativa (%)					
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Campos dos Goytacazes/RJ	2,6	3,4	1,9	2,0	2,9	0,9
Rio das Ostras/RJ	0,6	0,8	0,5	0,5	0,7	0,3
Parauapebas/PA	0,3	0,7	0,6	1,5	1,8	0,2
Cabo Frio/RJ	0,6	0,7	0,3	0,4	0,6	0,2
São João da Barra/RJ	0,1	0,3	0,2	0,3	0,5	0,2
Macaé/RJ	0,5	1,0	0,4	0,5	0,5	0,1
Recife/PE	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,1
Barueri/SP	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,0
Guarulhos/SP	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	0,0
Joinville/SC	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,0
Araucária/PR	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,0
Sorocaba/SP	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,0
Curitiba/PR	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,0
Fortaleza/CE	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	(-) 0,0
São José dos Pinhais/PR	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	(-) 0,0
Caxias do Sul/RS	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Brasília/DF	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
Porto Alegre/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Rio de Janeiro/RJ	2,2	2,3	3,0	2,5	2,4	(-) 0,0
Contagem/MG	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,0
Campinas/SP	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	(-) 0,1
Jundiaí/SP	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	(-) 0,1
Salvador/BA	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
São José dos Campos/SP	1,2	1,3	1,3	1,2	1,1	(-) 0,1
Vitória/ES	0,6	0,7	0,4	0,6	0,5	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	1,9	0,5	0,9	0,9	0,8	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	1,4	1,5	1,4	1,4	1,3	(-) 0,2
Betim/MG	1,5	1,5	1,6	1,4	1,2	(-) 0,2
Manaus/AM	2,1	1,9	2,1	2,2	2,0	(-) 0,2
Camaçari/BA	0,9	1,0	1,2	0,9	0,7	(-) 0,2
São Paulo/SP	9,4	8,7	8,9	8,2	7,9	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O expressivo aumento do preço do petróleo garantiu o ganho de participação dos municípios produtores dessa *commodity*, levando a significativa expansão do valor adicionado bruto da Indústria extrativa. Ressalta-se, porém que o ganho na Indústria extrativa foi maior no segmento extração do petróleo do que no da extração de minério. Esse fato pode ser observado no Município de Vitória (Espírito Santo). Nesse município ocorreu variação positiva no segmento produção de pelotas de minério de ferro. Em 2011, a produção atingiu marca histórica superando o recorde anterior alcançado em 2010, entretanto os municípios ao sul do Estado do Espírito Santo, Itapemirim e Marataízes, tiveram ganhos de participação expressivos, ou seja, comparativamente cresceram mais do que Vitória.

O setor do refino foi o principal responsável pela queda de participação do Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). Como descrito anteriormente a redução de participação no valor adicionado bruto industrial do Município de Betim (Minas Gerais) estava relacionado aos elevados estoques no segmento produção de peças para veículos e ao elevado preço do petróleo, que impactou diretamente nos custos da atividade refino. O Município de Manaus (Amazonas) perdeu participação em função do segmento Indústria de transformação.

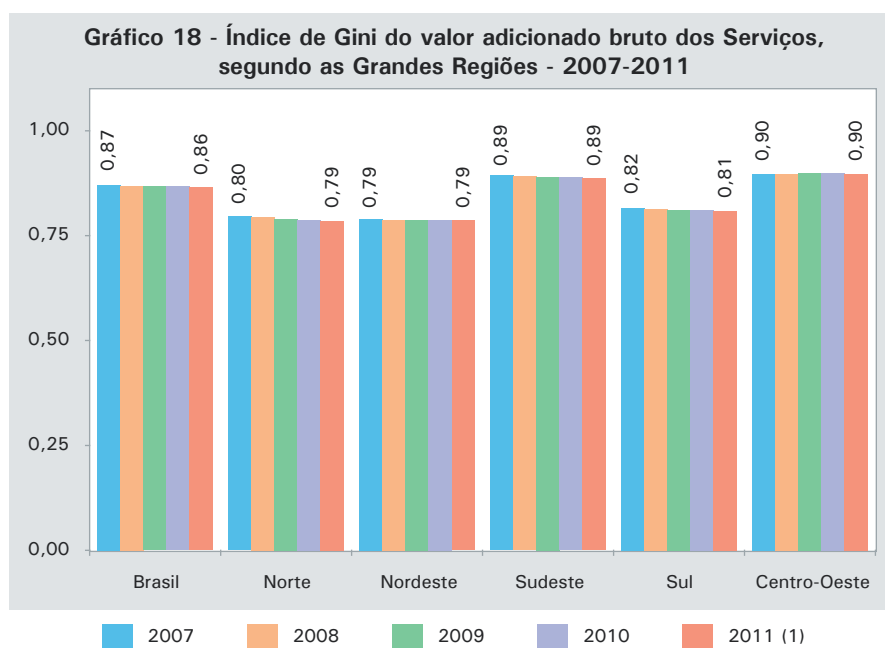
No Município de Camaçari (Bahia), localizado na Região Metropolitana de Salvador, estava instalado um polo petroquímico, composto por empresas produtoras de insumos químicos e petroquímicos e, também, de empresas de outros segmentos, como: fabricação de automóveis, formulação de combustíveis, peças e acessórios para veículos, celulose, fabricação de bebidas, agrotóxicos, plásticos e outros bens de consumo. A redução na participação registrada em 2011 foi motivada pela queda tanto na produção física quanto no valor da Indústria de transformação, nos três primeiros segmentos citados acima.

Os decréscimos da participação relativa do valor adicionado bruto da Indústria verificados nos Municípios de Campinas (São Paulo), Jundiaí (São Paulo), São José dos Campos (São Paulo), São Bernardo do Campo (São Paulo) e São Paulo (São Paulo) ocorreram nos segmentos Indústria de transformação e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Valor adicionado bruto dos Serviços

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços (Gráfico 3) ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,86. Em toda a série, o único índice, por Unidade da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado de São Paulo (0,88). O menor índice foi do Estado do Acre, 0,68. Salienta-se a concentração dessa atividade no Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). O índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,83 e, excluindo-se o município da capital, passou a ser 0,69. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

O Gráfico 18 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto dos Serviços, para o período de 2007 a 2011. A atividade responsável pela maior dispersão é a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e será detalhada a seguir.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuem valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 47,8% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. No Estado do Piauí, mais de 55,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

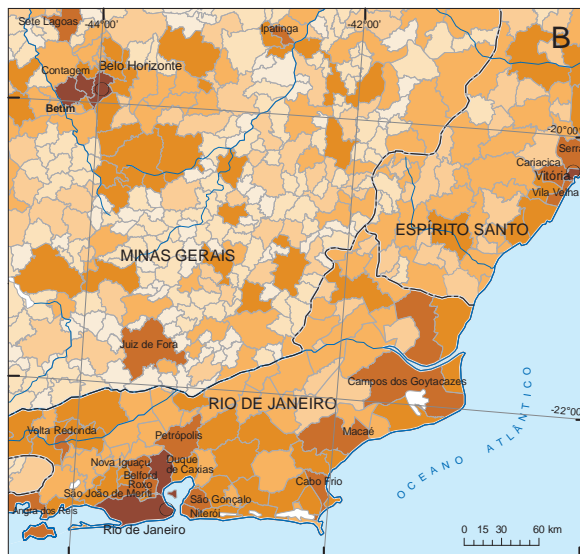
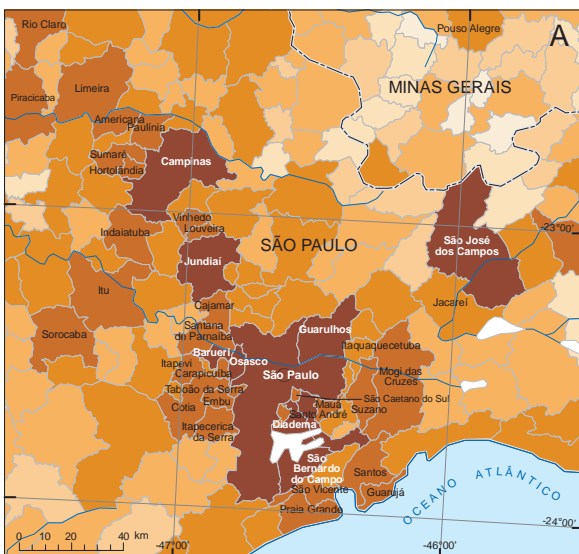
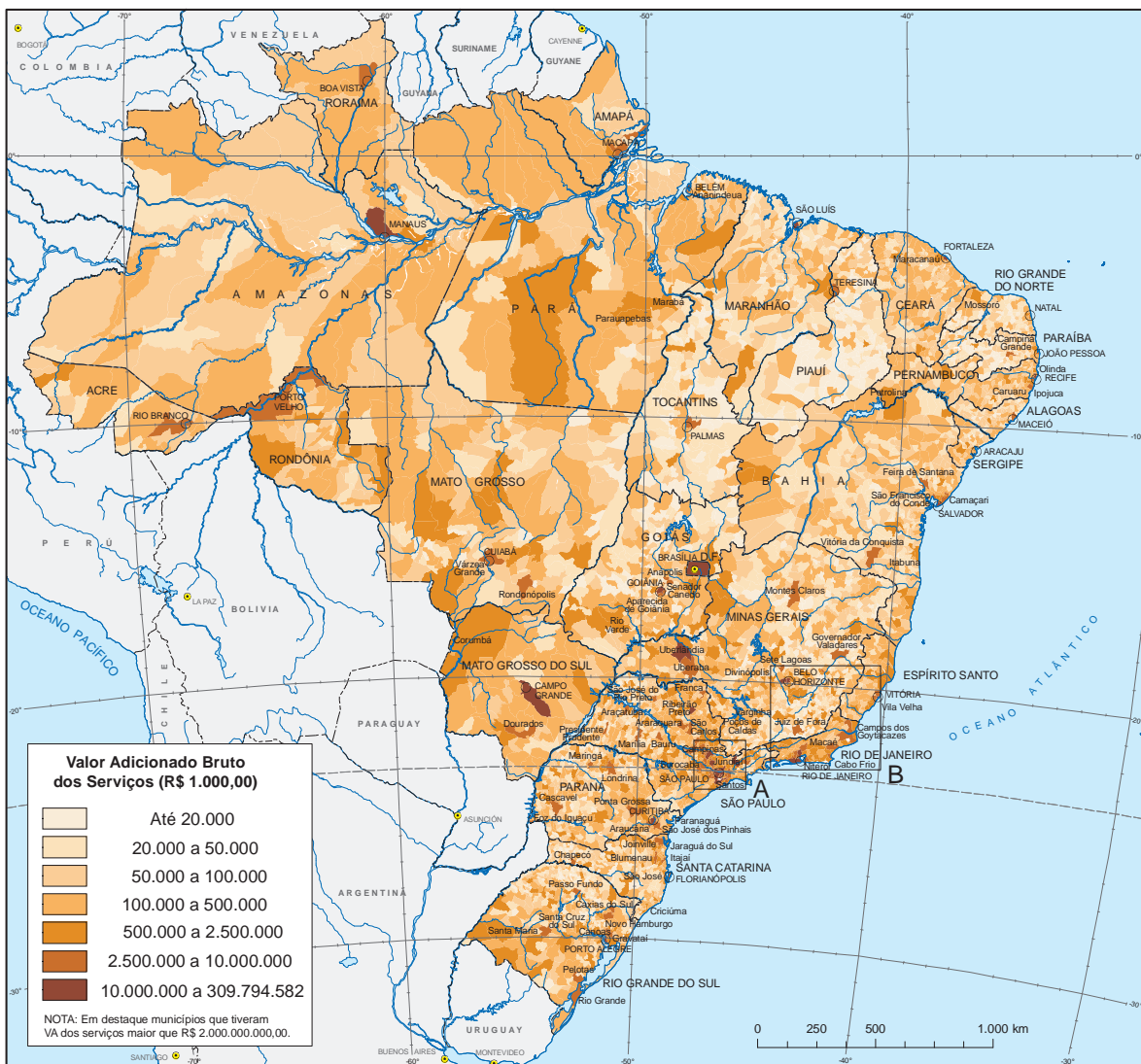
A Tabela 14 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa²¹ no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2007 a 2011. Os três municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços foram São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Brasília (Distrito Federal). Esta faixa concentrava 10,5% da população brasileira em 2011.

Em 2011, com 41 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 28,7% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 300 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 2,8% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de Resultados 5.

A geração do valor adicionado bruto dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 39,5%, em 2011. Dos 41 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 19 correspondiam a capitais.

²¹ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos Serviços - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tabela 14 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	33	0,6	18,6	35	0,6	27,9
De 50% a 75%	210	3,8	24,0	245	4,4	51,9
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 145	38,6	85,5
De 95% a 99%	2 077	37,3	11,4	4 222	75,9	97,0
De 99% a 100%	1 342	24,1	3,0	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	35	0,6	19,2	37	0,7	28,2
De 50% a 75%	218	3,9	23,8	255	4,6	52,0
De 75% a 95%	1 932	34,7	33,8	2 187	39,3	85,9
De 95% a 99%	2 064	37,1	11,2	4 251	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 313	23,6	2,9	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	36	0,6	19,5	38	0,7	28,5
De 50% a 75%	223	4,0	24,1	261	4,7	52,6
De 75% a 95%	1 938	34,8	33,6	2 199	39,5	86,1
De 95% a 99%	2 051	36,9	11,0	4 250	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 315	23,6	2,9	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	37	0,7	19,2	39	0,7	28,4
De 50% a 75%	225	4,0	24,0	264	4,7	52,4
De 75% a 95%	1 941	34,9	33,9	2 205	39,6	86,3
De 95% a 99%	2 044	36,7	10,9	4 249	76,4	97,2
De 99% a 100%	1 316	23,6	2,8	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	38	0,7	18,2	41	0,7	28,7
De 50% a 75%	231	4,2	24,1	272	4,9	52,9
De 75% a 95%	1 964	35,3	33,7	2 236	40,2	86,5
De 95% a 99%	2 029	36,5	10,7	4 265	76,6	97,2
De 99% a 100%	1 300	23,4	2,8	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

Tabela 15 - Valor adicionado bruto dos Serviços, total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	309 794 582	13,1	1º
Rio de Janeiro/RJ	140 138 244	5,9	2º
Brasília/DF	134 789 685	5,7	3º
Belo Horizonte/MG	38 268 538	1,6	4º
Curitiba/PR	37 253 345	1,6	5º
Porto Alegre/RS	32 206 461	1,4	6º
Fortaleza/CE	29 151 789	1,2	7º
Salvador/BA	27 022 145	1,1	9º
Recife/PE	21 951 726	0,9	12º
Manaus/AM	20 880 192	0,9	13º
Goiânia/GO	19 169 996	0,8	15º
Belém/PA	13 956 320	0,6	18º
Vitória/ES	12 706 200	0,5	20º
São Luís/MA	12 608 362	0,5	21º
Campo Grande/MS	10 216 984	0,4	27º
Maceió/AL	8 991 254	0,4	35º
Natal/RN	8 959 710	0,4	36º
Cuiabá/MT	8 549 540	0,4	38º
Florianópolis/SC	8 329 253	0,4	39º
Teresina/PI	7 584 213	0,3	43º
João Pessoa/PB	6 588 636	0,3	47º
Aracaju/SE	6 461 207	0,3	50º
Porto Velho/RO	5 541 241	0,2	58º
Macapá/AP	4 855 521	0,2	65º
Boa Vista/RR	4 015 629	0,2	76º
Rio Branco/AC	3 125 668	0,1	103º
Palmas/TO	2 558 068	0,1	130º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2011, obteve-se 21 municípios. A Tabela 16 mostra a participação destes municípios de 2007 a 2011 e a diferença absoluta entre os anos de 2011 e 2010.

Tabela 16 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Rio de Janeiro/RJ	6,2	6,1	6,0	5,8	5,9	0,1
Guarulhos/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,1
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	0,1
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
Barueri/SP	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,0
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
Campinas/SP	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Vitória/ES	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Salvador/BA	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,9	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Recife/PE	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,0
Osasco/SP	1,2	1,3	1,2	1,2	1,2	0,0
Curitiba/PR	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	0,0
Belo Horizonte/MG	1,7	1,7	1,6	1,7	1,6	0,0
Porto Alegre/RS	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	(-) 0,1
Brasília/DF	5,5	5,7	5,7	5,8	5,7	(-) 0,1
São Paulo/SP	13,9	13,4	13,5	13,5	13,1	(-) 0,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em relação a 2010, os suaves ganhos de participação no valor adicionado bruto dos Serviços ocorreram no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Guarulhos (São Paulo) e Fortaleza (Ceará). A capital do Estado de São Paulo foi a que mais perdeu participação, seguida dos Municípios de Brasília (Distrito Federal) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

O segmento do Comércio e serviços de manutenção e reparação foi responsável pelo pequeno ganho de participação dos Municípios do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Guarulhos (São Paulo). Fortaleza (Ceará) ganhou peso nos segmentos Transporte, armazenagem e correio e Serviços prestados às empresas.

O Município de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) perde participação em função do Comércio e serviços de manutenção e reparação. Esse segmento em conjunto com os Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados são os principais responsáveis pela perda de participação de Brasília (Distrito Federal).

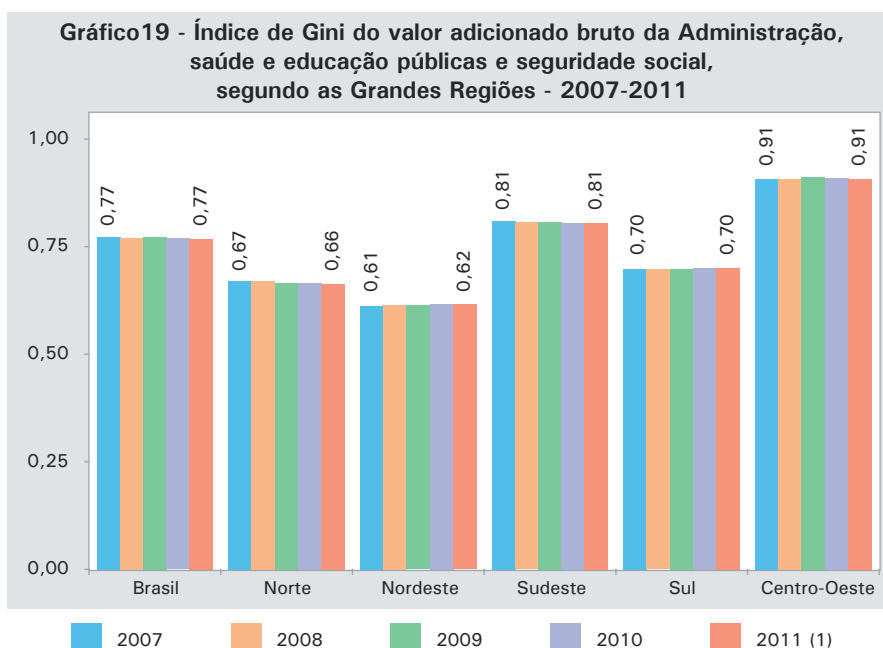
A perda de participação relativa do Município de São Paulo (São Paulo) estava relacionada com o desempenho dos Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados e Atividades imobiliárias e aluguéis.

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios. Por esse motivo, apesar do valor adicionado bruto dessa atividade estar inserido no valor adicionado bruto dos Serviços, divulga-se esse segmento em destaque.

O valor adicionado bruto era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto desde 2007, foi de 0,77. Os maiores índices, 0,79 e 0,77, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto os menores, aos Estados do Maranhão e Bahia, 0,53 e 0,55, respectivamente. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

O Gráfico 19 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, para o período de 2007 a 2011.

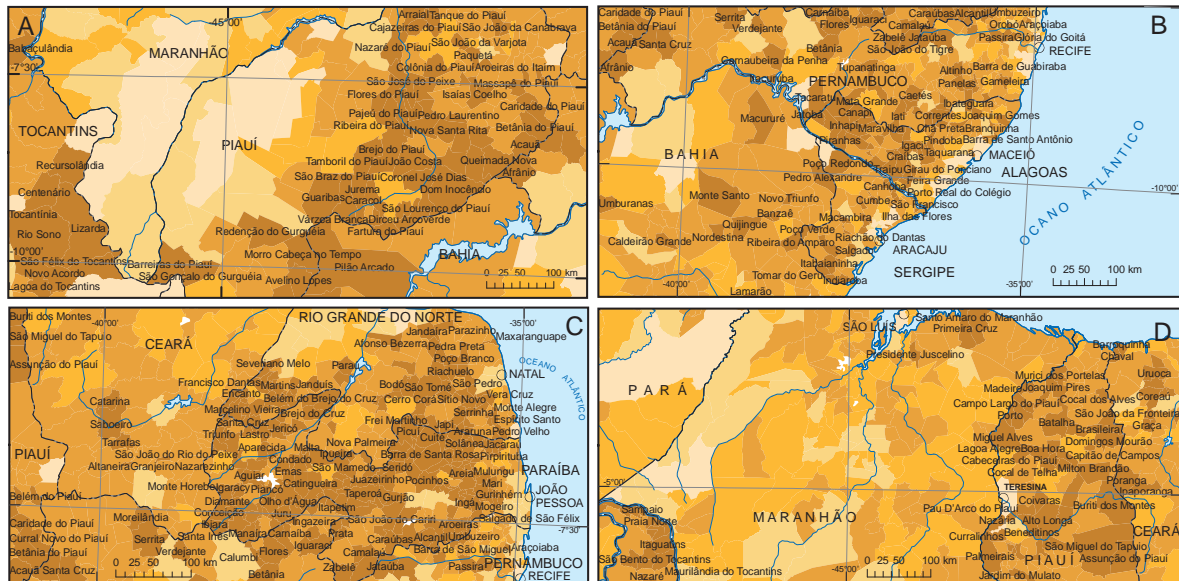


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 7 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País. Dos 5 565 municípios brasileiros, 1 976 (35,5%) tinham mais do que $\frac{1}{3}$ da sua economia dependente dessa atividade.

Cartograma 7 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em 2007, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,3%; em 2008, 13,4%; em 2009, 14,1%; em 2010, 13,9%; e, em 2011, 13,9%. A Tabela 17 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a $\frac{1}{3}$ do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Tabela 17 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2011

Unidades da Federação	Número total de municípios da Unidade da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	52	23,1
Acre	22	68,2
Amazonas	62	79,0
Roraima	15	100,0
Pará	143	61,5
Amapá	16	93,8
Tocantins	139	65,5
Maranhão	217	49,3
Piauí	224	88,8
Ceará	184	74,5
Rio Grande do Norte	167	83,8
Paraíba	223	93,3
Pernambuco	185	80,0
Alagoas	102	77,5
Sergipe	75	73,3
Bahia	417	63,3
Minas Gerais	853	28,7
Espírito Santo	78	20,5
Rio de Janeiro	92	41,3
São Paulo	645	0,8
Paraná	399	0,0
Santa Catarina	293	0,0
Rio Grande do Sul	496	3,8
Mato Grosso do Sul	78	5,1
Mato Grosso	141	5,0
Goiás	246	7,7
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Dois municípios apresentaram participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em relação ao PIB superior a 70,0%, em 2011: Uiramutã (Roraima), 80,4%, e Areia de Baraúnas (Paraíba), 70,9%.

A Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas da capital,

Boa Vista, com 39,8%. Seu peso ficou evidente, também, nos municípios do Estado do Amapá que, em 2011, foi superior a 40,1% em quase todos, com exceção de Pedra Branca do Amapari. Neste município, onde a atividade industrial, em 2011, representou 36,7% em relação ao PIB, a participação da administração pública foi de 26,8%. A Tabela de Resultados 6 apresenta a posição ocupada, em 2011, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 16 delas, como pode ser notado na Tabela 18. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: Vitória (Espírito Santo), 4,4%; São Paulo (São Paulo), 5,9%; e Curitiba (Paraná), 7,4%.

Tabela 18 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto, e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)					Participação da população em 2011 (%) (2)	
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	48,3	47,3	49,0	48,4	48,0	1,4	100,0
Macapá/AP	38,9	40,4	40,1	42,5	43,0	0,2	59,5
Boa Vista/RR	39,7	38,8	38,9	40,2	39,8	0,2	63,2
Rio Branco/AC	26,7	26,0	26,0	26,8	28,3	0,2	45,9
Palmas/TO	19,3	18,8	18,5	18,6	23,4	0,1	16,8
João Pessoa/PB	16,8	17,8	17,6	19,0	20,2	0,4	19,3
Porto Velho/RO	22,0	22,1	19,6	21,2	19,8	0,2	27,6
Aracaju/SE	16,5	17,0	18,0	18,0	19,2	0,3	27,7
Natal/RN	17,8	18,0	17,5	18,0	18,6	0,4	25,3
Campo Grande/MS	16,9	16,8	16,3	16,3	16,3	0,4	32,1
Teresina/PI	15,4	14,7	14,4	14,4	14,9	0,4	26,2
Maceió/AL	13,4	14,7	14,5	14,5	13,9	0,5	30,0
Rio de Janeiro/RJ	13,1	13,2	13,2	13,7	13,7	3,3	39,4
Cuiabá/MT	12,7	13,1	12,8	13,7	13,3	0,3	18,1
Belém/PA	11,9	12,0	12,2	12,3	12,4	0,7	18,2
Porto Alegre/RS	9,8	10,0	10,1	11,5	11,9	0,7	13,2
Fortaleza/CE	11,9	12,3	12,4	12,0	11,8	1,3	29,0
Recife/PE	11,9	12,5	12,7	12,2	11,8	0,8	17,4
Goiânia/GO	10,6	11,0	10,4	11,3	11,3	0,7	21,7
Florianópolis/SC	10,5	10,7	11,7	10,7	10,9	0,2	6,8
Belo Horizonte/MG	9,9	10,7	10,5	10,4	10,8	1,2	12,1
Salvador/BA	10,0	10,1	10,0	9,7	9,9	1,4	19,1
Manaus/AM	8,8	9,1	9,5	9,3	9,6	1,0	51,8
São Luís/MA	8,3	8,0	9,2	10,0	8,6	0,5	15,5
Curitiba/PR	7,3	7,1	7,5	7,1	7,4	0,9	16,8
São Paulo/SP	5,8	6,0	6,2	5,8	5,9	5,9	27,2
Vitória/ES	4,5	4,1	5,2	4,8	4,4	0,2	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.